

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-**  
**MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE**  
**MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO**  
**DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 64

**PRESIDENTE - DEPUTADO MAX RUSSI**

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde!

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública requerida junto à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 283/18, Mensagem nº 90/18, que estima a Receita e Fixa as Despesas do Estado de Mato Grosso para o Exercício Financeiro de 2019.

Quero colocar que a audiência pública da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária será na próxima terça-feira, às 8h30min.

Fariamos uma reunião conjunta, mas foi separada pelo Presidente Deputado Wilson Santos.

Convido para compor a mesa a Exmª Srª Deputada Estadual Janaina Riva; Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, Secretário de Estado de Planejamento do Estado de Mato Grosso; Gilberto de Figueiredo, Secretário de Estado de Saúde; César Miranda, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Dr. Milton Marcos da Silveira Neto, Promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Drª Luziane Ribeiro, Secretária Executiva, neste ato representando o Defensor Público do Estado de Mato Grosso, Dr. Clodoaldo Queirós; Marioneide Kliemaschewsk, Secretária de Estado de Educação; Paulo Araújo, Deputado Estadual, diplomado.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Queremos gentilmente registrar a presença honrosa das pessoas que compareceram a esta Audiência: Sr. Tércio Lacerda de Almeida, Superintendente de Engenharia da SINFRA; Sr. Anildo Cesário Corrêa, Secretário Adjunto Executivo da SEPLAN; Sr. Luiz Gustavo Tarraf Caran, Secretário Executivo de Gestão da SEPLAN; Srª Eliane Rosa Fernandes de Albuquerque, Secretaria Adjunta Sistêmica da SEPLAN; Srª Roberta Maria Amaral de Castro Pinto Penna, Secretária Adjunta de Orçamento da SEPLAN; Glória Maria da Silva Melo, Coordenadora de Orçamento da SEPLAN; Sr. Orlando Francisco, Coordenador do Fórum Civil Sindical do Estado de Mato Grosso; Srª Rosimeire Ritter, Presidente do Sindicato dos Servidores do INDEA/INTERMAT/SINTAP-MT; Sr. José Carlos Dorte, Assessor Institucional da FIEMT; Sr. João Ricardo Ferreira, Assessor Sistêmico da SEDUC; Sr. Valdinei Valério da Silva, Secretário Adjunto de Administração Sistêmica, neste ato representando a Srª

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado e Meio Ambiente; Dr. Francisco de Assis da Silva Lopes, Procurador-Geral do Estado.

Agradecemos a presença da imprensa.

Queremos agradecer a presença de todos.

Se alguém não foi nominado, peço a gentileza de que faça o registro.

Esta Audiência Pública é para tratar da Lei Orçamentária de 2019.

Vou fazer um histórico: refere-se à Mensagem nº 90/2018, Projeto de Lei nº 283/2018, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2019, a Lei Orçamentária Anual de 2019, Mensagem essa que foi recebida no dia 09/10/2018, posteriormente, a pedido do Poder Executivo, no dia 30/10/2018, foi suspensa sua tramitação para eventuais alterações.

O Poder Executivo apresentou uma Mensagem Modificativa, convertida no Substitutivo Integral nº 01, alterando as despesas orçamentárias, passando para R\$20.906.516.346,00, (vinte bilhões, novecentos e seis milhões, quinhentos e dezesseis mil e trezentos e quarenta e seis reais).

Para uma análise mais apurada, convém compararmos os valores constantes do demonstrativo das despesas por Poder e órgão da Mensagem Modificativa com o Projeto Original, conforme abaixo:

Então, irei ler os valores:

A Assembleia Legislativa na Mensagem Original estava R\$535.039.415,00 e na Mensagem atual abaixou para R\$500.039.415,00, uma diferença de R\$35.000.000,00; o Tribunal de Contas R\$361.084.471,00, abaixou para R\$344.084.471,00, uma diferença menor também de 17 milhões; o Poder Judiciário R\$1.486.487.526,00, continua o mesmo valor, não teve acréscimo, nem decréscimo; o Poder Executivo saiu de R\$16.687.962.821,00 para R\$17.473.264.809,00, um acréscimo de R\$785.301.988,00; o Ministério Público Estadual R\$457.663.703,00, continua o mesmo valor, não havendo alteração para mais, nem para menos; a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso R\$138.457.870,00, também manteve os R\$138.457.870,00; Reserva de contingência que saiu de R\$48.159.134,00 para R\$506.518.552,00. Então, o Total Geral das Despesas estava em R\$19.714.854.940,00 e foi para R\$20.906.516.346,00.

Convém ressaltar que os recursos reduzidos da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas foram suprimidos de Outras Despesas Correntes, grupo de natureza da despesa em que se computam os gastos com manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio alimentação, etc.

No Poder Executivo houve mudança nos seguintes órgãos: houve uma diminuição de R\$187.325.213,00 na Procuradoria Geral do Estado; houve um acréscimo de R\$491.517.751,00 na Secretaria de Estado de Gestão; houve um acréscimo de R\$33.553.000,00 no Gabinete de Comunicação; houve um acréscimo de R\$284.010.450,00 na Secretaria de Estado de Educação saltando de R\$2.936.841.549,00 para R\$3.220.851.999,00; na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico praticamente o mesmo valor, de R\$334.152.756,00 para R\$337.238.316,00, um acréscimo de R\$3.085.560,00; na Secretaria de Saúde também houve um acréscimo, saindo de R\$1.902.882.554,00 para R\$2.098.594.130,00, uma acréscimo de R\$195.711.576,00...

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social: houve um acréscimo, saindo de 91 milhões, chegando a 129 milhões. Secretaria essa que tem o Fundo de erradicação da pobreza, que custeia praticamente toda essa receita.

Secretaria de Estado de Infraestrutura: houve um decréscimo, saindo de 876 milhões para 793 milhões.

Eu estou colocando em números redondos para agilizar a leitura.

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação: houve um decréscimo, saindo de 502 milhões para 493 milhões, 9 milhões a menos e a Secretaria de Estado de Cidades saiu de 239 milhões para 259 milhões, houve um acréscimo de 20 milhões em investimento.

A receita total, estimada no Substitutivo Integral nº 01, é de R\$19.220.615.189,00 (dezenove bilhões, duzentos e vinte milhões, seiscentos e quinze mil, e cento e oitenta e nove reais).

Desse total da receita, o valor de R\$1.845.759.452,00 (um bilhão, oitocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), são receitas intraorçamentárias que não compõem a base de cálculo para repasse mensal aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Tribunal de Contas, à Procuradoria Geral de Justiça e à Defensoria Pública.

A proposta orçamentária anual de 2019 é composta por 71 programas de governo, agregados em cinco eixos estratégicos constantes do PPA 2016/2019. São os Eixos: 1 - Viver Bem; 2 - Educar para transformar e emancipar o cidadão; 3 - Cidades para viver bem: Municípios sustentáveis; 4 - Estado Parceiro e empreendedor; 5 - Gestão eficiente, transparente e integrada.

Aqui, um adendo, eu pedi para fazer no resumo do orçamento.

No anexo III estabelece como prioridade de governo a ação Implantação e execução do Projeto Pró-Família, com a previsão de atender 35 mil famílias, para que capacitem e habilitem as famílias beneficiárias, ampliando sua possibilidade de reinserção, promovendo o seu desenvolvimento e transposição da linha da pobreza.

Para implantação do Programa e conclusão ficou destinado o valor de 7 milhões.

Caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar o palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição com o Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o interpelado terá três minutos para a resposta.

Gostaria de convidar, inclusive já está agarradinho aqui do meu lado, o Deputado Allan Kardec; e também o Dr. Francisco de Assis da Silva Lopes, Procurador-Geral do Estado, para se sentarem à Mesa. Também o Dr. Emerson Hideki, Secretário Controlador-Geral do Estado de Mato Grosso, peço que se assente à mesa.

Convido o ilustre palestrante, que disporá de vinte minutos, para suas informações, o Secretário Basílio, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS - Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar os componentes da mesa, os Deputados da Assembleia Legislativa, em nome do Deputado Max Russi; Dr. Milton Matos, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso; os Secretários de Estado, os quais eu cumprimento em nome da minha colega de longa data, Professora Marioneide Kliemaschewsk, Secretária de Estado de Educação; demais presentes; colegas servidores públicos que estão aqui nessa importante medida de transparência e de democracia que a legislação estabelece para o Poder Executivo.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Eu vou fazer uma apresentação rápida, resumida do que consta no Projeto de Lei Orçamentária de 2009, projeto que contempla o orçamento geral do Estado, de todos os Poderes, de todas as áreas do Poder Executivo e nós vamos demonstrar basicamente, até por questão de tempo e de melhor entendimento, os números macro desse orçamento. Está certo?

Então, a base legal desta Audiência Pública está no art. 48 da LRF, que fala que os projetos, as peças de leis orçamentárias devem passar por Audiência Pública em dois momentos diferentes. Hoje está acontecendo a primeira e na terça-feira, conforme alteração da data, será a segunda Audiência Pública.

É um assunto até recorrente, mas é importante fazer uma conceituação sobre o que é orçamento público. O orçamento público estabelece, dentro de um limite de receita, as demandas que a sociedade precisa. O orçamento público deveria, de acordo com o seu conceito, atender todas as demandas da sociedade da qual ele faz parte. Infelizmente, a demanda da sociedade é gigantesca, todo mundo sabe disso e temos limitações de arrecadação nesse sentido, logo, a Lei também estabelece prioridades para esses gastos. Não dá para colocarmos os gastos infinitos que tem no ente, porque não teria receita que conseguisse atender, sobretudo do ponto de vista de arrecadação de tributos.

Então, o orçamento de 2019 tem uma previsão de receita na ordem de 19 bilhões e 200 milhões, e um total de despesa de 20 bilhões e 900 milhões.

Percebam que tem uma linha vermelha ali embaixo que demonstra um déficit ou uma insuficiência de receita na execução orçamentária. É inovadora essa situação. Geralmente, todos os anos os Governos trazem um orçamento na íntegra do que estabelecem alguns itens da norma. Este Governo resolveu de uma forma inovadora e positiva trazer a realidade da demanda de despesa do Estado de Mato Grosso e uma forma de estabelecer isso foi deixar explicitamente na Lei Orçamentária Anual.

Eu explicarei mais para frente o detalhamento desse déficit. Hoje o Estado não consegue pagar de gasto público 1 bilhão e 685 milhões. Ele não consegue pagar. Se porventura, não contingenciarmos esse valor do orçamento a partir da aprovação da lei e deixarmos essas despesas serem executadas, o Estado estará contraindo passivos sem condições de pagamentos, sem cobertura financeira, na ordem de mais 1 bilhão e 600 milhões, obviamente agravando a situação que nós temos, que vem sendo noticiada pela imprensa para todo mundo.

Esse quadro, senhores, traz um demonstrativo, um detalhamento da receita. As receitas que compõem a receita total da LOA deste ano, essa receita é dividida de acordo com sua natureza de receita, a maior parte são receitas tributárias que são provenientes do ICMS, do IPVA.

Um item importante para ser observado nessas receitas é aquele valor de 16 bilhões, que está em azul, está somado com as demais receitas de serviços, industrial e de capital. Ele tem uma dedução de receitas vinculadas, que são chamadas receitas obrigatórias, cuja administração não consegue ter gestão sobre ela, na ordem de 9 bilhões.

A Receita Líquida do Estado, que é utilizada para fazer a gestão, o pagamento do duodécimo dos Poderes, da folha de pagamento do custeio e manutenção da máquina, é de 16 bilhões e 28 milhões. Do total arrecadado, 9 bilhões estão vinculados. Quais são as vinculações? 25% do que arrecada de ICMS, que é a maior receita nossa, vai para os municípios; 50% do IPVA vão para os municípios; 27% vão para educação, este ano 27%, a legislação fala que aumenta 0,5% ao ano, 27% para educação, desses 27%, 20% vão para o FUNDEB, nós temos que depositar o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

dinheiro no Fundo da Educação Básica e depois esses recursos voltam para nós, conforme os nossos índices de ocupação de sala de aula.

Eu vou mostrar mais à frente que existe um *déficit* nessa relação, o que nós mandamos para o FUNDEB.

O FUNDEB é um grande fundo que recolhe recursos de todos os entes, municípios, Estados, e a União completa a diferença e depois eles devolvem esse recurso para os municípios de acordo com os índices basicamente em relação a taxa de ocupação escolar.

Essa conta, o que mandamos em relação ao que recebemos, é deficitária em mais de 600 milhões de reais. Por quê? Porque nossa taxa de ocupação nos dá um índice que não favorece o retorno total do que nós investimos.

Então, nós percebemos aqui, e isso tem sido noticiado...

É importante enfatizar que toda vez que fazemos a arrecadação de um tributo ou de um imposto, sobretudo de um imposto, nós temos praticamente 60% de vinculação. Então, quando nós recolhemos lá R\$10,00s de ICMS para o Estado só fica disponível para pagar despesas que não sejam obrigatórias, que são as despesas que eu vou mostrar logo à frente, mas basicamente folha de pagamento, custeio da máquina, investimento, repasses aos Poderes, só sobram R\$4,00, arrecadamos R\$10,00 e sobram para nós R\$4,00 reais.

Dessa forma nós percebemos, Deputado Max Russi, que nós temos que fazer um esforço de arrecadação gigantesco para conseguirmos cobrir os nossos déficits relacionado à Fonte 100, sobretudo. Então, para eu ter R\$1,00 livre, eu preciso arrecadar R2,30, aproximadamente, R\$2,20 a R\$2,30.

A coisa é bem complicada, é bem complexa. Isso são regras da legislação federal e nós não temos autonomia alguma para mudar.

É importante frisar no item 2...

Vocês percebem aqui, só como uma informação adicional, nessa linha, no item 2, das receitas, estão as Receitas de Capital. Essas Receitas de Capital, segundo a Legislação, só podem ser aplicadas em Despesa de Capital, ou seja, os valores que arrecadarmos dessa receita nós teremos que necessariamente fazer investimentos com ele: obras, aquisição de imóveis, despesas com infraestrutura.

Mas percebam também que boa parte, ou grande a maioria delas é proveniente de operação de crédito.

Operação de créditos são empréstimos que oneram também os cofres, porque custa, não é? Empréstimo custa dinheiro para a administração, enfim, é só um adendo para poder informar isso.

Aqui continua o detalhamento da receita por categoria de origem, dentro das receitas correntes, o que nós temos de valores relativos a essa categoria de receita.

Em 2018... Isso aqui é um quadro de 2018, da receita realizada. Realizamos 21% de receita corrente. Nós estamos apontando um crescimento para 2019 da ordem de 4,73%, indo para 22.300.

É um crescimento pequeno, mas é um crescimento que está alinhado, inclusive, com o crescimento econômico do Estado.

Se analisarmos os números de crescimento econômico, eles não estão muito diferentes disso, está certo?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Obviamente que a receita é uma previsão, o conceito é muito claro sobre isso, receitas são previstas e despesas são fixadas. Por quê? A receita não depende da administração para poder acontecer, ela depende de terceiro, depende da arrecadação de ICMS, depende de não ter greve de caminhoneiro que impactará na receita de ICMS de combustíveis, depende de que o Governo Federal nos repasse as obrigações que ele deve nos repassar, por exemplo, o Fundo de Apoio às Exportações-FEX.

Então, trabalhamos com previsões, e previsões têm conceitos técnicos para serem feitos, mas dependem de vários fatores para sua realização. Em não se realizando, obviamente não conseguimos manter a execução das despesas na mesma proporção em que foi orçada e temos que diminuir receita ou anular empenhos. A lei fala muito claramente sobre isso.

Esse quadro é um quadro importantíssimo. Ele mostra aquilo que eu tinha falado no começo em relação aos valores destinados, aos valores de receita destinados à educação e à saúde.

Para 2019, conforme consta na Constituição Estadual, que fala que anualmente aumenta meio por cento da receita com a educação, está previsto 27%.

Vocês percebem que algumas receitas a vinculação é direta de 27% e outras ela divide em 7% e em 20%, de acordo com tipo de destinação do recurso.

Esta coluna mostra o quanto que o Estado contribui para o FUNDEB.

Toda vez que se recebe o ICMS, 20% do que foi arrecadado é depositado numa conta do Fundo Nacional de Educação Básica – 20%. Esse dinheiro cai na conta, conforme os índices que estão lá, que são os índices de ocupação de sala de aula, e esse recurso volta para o Estado para a partir daí ser de fato aplicado nas ações de educação: pagamento de professor, quando é o caso, investimentos e estrutura da escola. Mas ele dá essa circulada.

A nossa conta nessa ida e vinda de recurso é deficitária em R\$608 milhões. Ou seja, nós contribuimos com R\$608 milhões a mais do que recebemos, o que é um absurdo, mas a lei está colocada dessa forma.

Se pudéssemos contribuir com esses 20% diretamente para a educação, Gilberto, esses R\$608 milhões estariam lá com a Marioneide para fazer face as suas despesas e melhoria da educação.

Infelizmente a regra é essa. A regra do FUNDEB é essa. Todos os entes, estados e municípios contribuem com a sua receita e recebe o recurso de acordo com sua taxa de ocupação escolar. Esse é um dos itens para poder fazer a distribuição.

Está certo?

Esse recurso aqui é o recurso que vai direto à fonte da educação. O Estado já vincula diretamente. Ele não movimentava nenhum outro ente, nenhum outro fundo. Nós já passamos diretamente para a educação.

A previsão de receita, considerando esse valor negativo, que não virá para nós, está em torno de R\$2 bilhões, 740 milhões para a educação. *Ok?!*

Em relação à saúde, o percentual está 12%, mas a vinculação hoje está 13%. Eu até quero corrigir, 13,7%, Gilberto, você que está na saúde - importante. Nós temos uma vinculação real de 13,7% para a saúde.

A saúde e a educação, senhores, são provenientes dos recursos de impostos, não são recursos tributários, são recursos de impostos, ou de impostos diretos, arrecadados pelo Estado, IPVA, ITCD, ICMS, IR, ou de impostos que vêm via repasse, o FPE, que também é composto por

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

impostos. Então, basicamente é arrecadação por impostos. Ou seja, se tivermos um incremento de receita com impostos, sobretudo ICMS, que é a nossa receita mais forte, obviamente nós vamos ter mais recurso para repassar para a saúde e para a educação.

Na saúde, o valor previsto para a execução orçamentária de receita está em R\$1 bilhão e 488. Repito, de receita.

Nós falamos no começo que, tendo uma forma arrojada de apresentar a Lei Orçamentária este ano, que entendemos ser a melhor forma de apresentar, já que vai demonstrar exatamente qual é o total do déficit do Estado, o Governador do Estado determinou que fossem informados os números reais, números reais que geram aquele déficit de orçamento, ou insuficiência orçamentária, na ordem de R\$1 bilhão e 680 milhões.

Demonstrativo de despesas com Poderes.

Aqui está o demonstrativo de como fechou o Orçamento do ano passado em relação a este ano e qual é a participação de cada Poder no total do orçamento da despesa - no total do orçamento da despesa.

Todos os Poderes juntos representam 15% do total orçado no Estado. Certo? Está bem claro aqui. Isso em 2018.

Em 2019 abaixou para 14%. Abaixou por quê?

Existiu uma ação política muito contundente por parte do Governo do Estado nesse sentido.

O Governo do Estado, com o apoio da Assembleia Legislativa, conseguiu uma diminuição do valor do duodécimo da Assembleia Legislativa da ordem de R\$35 milhões. Também conseguiu uma diminuição do valor do repasse para o TCE da ordem de R\$17 milhões.

É um valor extremamente expressivo. Por quê? A demanda inicial, e o que é normal, era a correção pelo menos monetária desses valores.

Geralmente o orçamento, inclusive está na PEC 81, dos gastos, eles deveriam ser corrigidos pelo IPCA e não foram corrigidos. Além de não terem sido corrigidos, esses dois Poderes se prontificaram a diminuir seus duodécimos, haja vista a situação calamitosa que o Estado está passando hoje.

Os demais Poderes não conseguiram diminuir, mas efetivamente não aumentaram.

Teve uma negociação muito dura, eles precisavam de um aumento, de acordo com o rol de despesas que foi informado, mas o Governador do Estado conseguiu essa articulação de manter congelado o orçamento do duodécimo. Lembrando que aqui estamos falando em orçamento total do órgão. Orçamento total do órgão representa, além do duodécimo que o Executivo é obrigado a passar, as fontes próprias, por exemplo, o Tribunal de Justiça tem o FUNAJURIS, que tem uma receita considerável.

Quando analisamos somente os valores do duodécimo nesse quadro abaixo, fizemos um comparativo de 2014 com 2019.

Em relação aos Poderes, teve um acréscimo na ordem média de 37%. Saiu de R\$2 bilhões e 100 milhões para R\$2 bilhões e 700 milhões. O orçamento do Executivo de 2014 para 2019 aumentou na ordem de 54%.

Esse quadro, senhores, vai demonstrar justamente isso que eu acabei de falar, a LOA que estava em tramitação trazia um valor de orçamento de R\$2 bilhões e 400 milhões, ela foi reelaborada em R\$2 bilhões 366 milhões. Nesse caso, está naquela informação que eu passei há pouco, a diminuição de R\$35 milhões que será discutida pela Assembleia Legislativa, mas é uma

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

proposta do Poder Executivo que já está, de certa forma, conversada com a direção da Casa, de R\$35 milhões a menos, e R\$17 milhões do TCE.

O Governador, a equipe econômica, obviamente, todos nós que somos usuários desse mecanismo, sabemos que é importante nesse momento de colapso financeiro das Contas do Estado – eu vou falar esse termo mesmo, é um colapso financeiro – que todos deem sua contribuição. É importante isso. A Assembleia Legislativa, em princípio, está discutindo esse valor com o TSE e os demais Poderes que tinham necessidade de incremento de valor orçamentário apontada. Conseguimos manter o mesmo valor do ano passado, sem nem mesmo fazer a correção pelos índices econômicos. Nós entendemos que é um avanço considerável na atual conjuntura.

Esse quadro traz um comparativo de despesas por grupo de natureza de despesa; aqui ele traz, dentro das despesas correntes, a maior despesa da administração, que é a despesa com pessoal, que está saindo de uma exceção em 2018 para uma execução em 2019, de 12,8 para 14,6, aproximadamente, um acréscimo de 13%.

Se considerarmos um índice de correção, índices monetários de correção, a média dos índices ficou em torno de um ponto alguma coisa, 1,9 a 2,5, dependendo do índice. Então, percebemos que é um valor considerável na atual conjuntura. E aqui dentro está o crescimento vegetativo da folha, alguns poucos ingressos que houve, progressões de classe, progressões de nível estão aqui dentro.

E também aqui dentro, eu não deixarei de falar, está a previsão da RGA, temos que falar nesse assunto, está aqui dentro, o Governador deixou bem claro o direito, é uma lei que tem que está prevista na legislação, na Lei Orçamentária. Para executarmos dessa forma, nós temos outros fatores que precisam ser levados em conta, obviamente... Como eu falei, a Lei Orçamentária estabelece projeções, previsões.

Então, para de fato acontecer a execução, tem que se levar em conta os cenários reais a cada momento, mas está contido aqui, está contida a RGA de 2019... 2018, a última parcela? Dois mil e dezoito, a última parcela, colegas servidores públicos, está contida aqui, mas nós precisamos ter condições de pagar, o grande problema é esse.

O Estado passa por déficit financeiro gigantesco. Para podermos pagar as contas nós precisamos de dinheiro, sem dinheiro nós podemos programar o que for, mas não conseguiremos pagar. Vou mostrar algumas medidas que já estão sendo feitas pelo Governo do Estado em relação a isso, mas não foram tiradas do orçamento as remunerações, as correções inflacionárias das categorias. E eu me incluo nelas.

Enfim, teve um acréscimo aqui de 23% nos juros e encargos da dívida em relação a essa despesa. Outras despesas correntes 5,45%. O que são outras despesas correntes, meus amigos? São as despesas que dão manutenção na máquina pública. São as despesas que custeiam os serviços públicos da população: locação de veículo, abastecimento das viaturas, alimentação de presos, diárias, água, luz, telefone. São essas despesas aqui. E, de fato, em relação a 2018 houve um acréscimo de 5,45%. Diga-se de passagem, dentro dessa Pasta que estamos assumindo hoje, estamos fazendo um trabalho já de controle de gastos e da eficiência do gasto público. Então, é importante que nós tenhamos convicção que qualquer recurso público é um recurso caro, eu sempre falo isso, dinheiro público é um dinheiro caro, porque não é nosso, é de todo mundo, então nós temos que cuidar bem dele. Vamos reavaliar procedimentos de gastos dentro das pastas, dentro das administrações indiretas, inclusive das estatais nesse aspecto, porque eu acho meio confuso. Eu sempre dou um exemplo seguinte: por que uma secretaria que possui 100 funcionários ou 100

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

servidores que ocupam de 10 veículos locados e tem outra que tem 200 e só ocupam 5, é estranho, não é?

Então, temos que trabalhar com eficiência do gasto público para equalizar possíveis discrepâncias nesse sentido, e nós vamos fazer isso de forma muito firme e dura, está certo!

Quando destinamos muitos recursos para as despesas correntes, que é o custeio da máquina, a folha de pagamento, o pagamento da manutenção da máquina, comprimimos ou oprimimos a possibilidade de investimentos, porque o orçamento é um só, a fonte de recurso é uma só, e num rol de prioridades obviamente que nós vamos atender as prioridades das despesas obrigatórias e tem uma escala de atendimento, então, oprimimos, deixa oprimido esse investimento.

Se abrirmos essa rubrica de investimento de R\$1bilhão 162 milhões, a grande maioria, 90% são provenientes de operação de crédito, ou seja, dinheiro que é pago, dinheiro que tem custo. Quando você tem muita operação de crédito essa conta, juros e encargos aumentam então ela reflete no custeio.

O mundo ideal é desonerarmos esse grupo 1, de despesa corrente, para poder deixar livre receitas, para poder ter os investimentos, que são aquelas ações governamentais estruturantes, que de fato a sociedade percebe o tempo todo.

Lá na Marioneide, quando ela constrói uma escola com um padrão diferenciado ou dá manutenção na escola, em reformas, melhora a vida do aluno, não é isso?

Nós conseguimos construir delegacias, presídios, melhoramos a sensação de segurança.

Precisamos desonerar esse grupo para que sobre recurso para os investimentos.

Aqui é um quadro importante para verificarmos como se comportou as despesas por tipo de 2014 até 2019. Até 2014 estão executadas, as despesas que de fato foram executadas e 2019 é a previsão.

Então, se pegarmos as outras despesas correntes, que são aquelas que eu falei que são usadas para custear a máquina pública, custear o serviço prestado pela administração, ela pegou uma variação de 2014, de 3 bilhões e 48 milhões de reais para 3 bilhões e 600 milhões de reais, ela variou 20%, uma variação razoável. Se você dividir para cinco, seis anos, dão 4% ao ano, ou seja, o custeio da máquina não é expressivo, não causa grande impacto, embora possa ser melhorado. Como eu disse, vamos tratar desse assunto.

Os juros e os encargos da dívida aumentaram 34%, sobretudo quando começamos a pagar a dívida dolarizada, que todo mundo conhece, é uma dívida muito alta. E quando é dolarizada não temos domínio de como ficará esse valor, porque dependemos da oscilação cambial e a oscilação cambial depende de um monte de fatores que obviamente fogem da alçada do Estado de Mato Grosso.

Mas o pessoal e os encargos foram as rubricas que tiveram o maior índice de aumento em comparando com 2014 e 2019. Nós percebemos que em 5 anos dobrou o valor do pessoal e encargos, praticamente dobrou 80%, que teve de acréscimo.

É fato, eu sou servidor público de carreira também, mas é um fato: o grupo de pessoal tem um impacto muito grande na receita e no grupo de despesa. Claro que é importante, nós servidores termos salários dignos. Claro que é importante! Mas ele impacta de fato, consideravelmente.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Esse demonstrativo... sempre falamos em termos gerais de números, de orçamento geral do Estado independente da fonte que custeia esse orçamento. Agora estamos falando de como é o cenário da Fonte 100. Se pegarmos a previsão de recursos disponíveis proveniente da Fonte 100, nós vamos perceber que nós vamos ter um *déficit*, considerando o repasse dos Poderes da Fonte 100 em 2 bilhões e 27 milhões, as vinculações constitucionais que nós temos da UNEMAT, 400 milhões, 4 bilhões para cobrir as despesas com pessoal e encargos, serviço da dívida, custeio e investimentos, reserva de contingência, cobertura do *déficit* previdenciário na ordem de 1 bilhão e 100 milhões.

A Fonte 100, se acontecer à receita, conforme prevista, a Fonte 100 terá um *déficit*, ou seja, o poder de pagamento discricionário da administração vai ficar maculado, vai ficar deficitário em 1 bilhão e 200 milhões. Um bilhão e duzentos milhões. Ou seja, nós precisamos de mais 1 bilhão e 200 milhões para cobrir essas despesas do exercício de 2019, o qual nós estamos falando.

Nós estamos falando da LOA. Nós não estamos entrando no mérito que ficará para trás, que tem uma carga de necessidade financeira para trás de restos a pagar, meus senhores, na ordem de 2 bilhões de reais, custeados com recursos da Fonte 100. *Ok!*

Nesse cenário nós estamos comparando a movimentação de 2019. Ou seja, para conseguirmos pagar todas as obrigações, que são limitadas, vai faltar 1 bilhão e 200 milhões. Infelizmente essa é a notícia.

Aqui, é um demonstrativo que mostra a rigidez orçamentária. O que é que quer dizer isso? Quer dizer quanto que cada grupo de despesa consome do orçamento total do Estado. Quanto que cada grupo de despesa consome. Dos 20 bilhões e pouquinho que nós temos lá, 20 bilhões e 900 milhões, quanto que cada grupo consome.

O menor aqui é amortização da dívida, é zero vírgula alguma coisa. Na hora de arredondar, ele cai para zero. Mas zero vírgula zero um. Dois por cento são as reservas? Reservas de contingência. Amortização?

O que é o zero ali? Zero é inversão financeira. Inversão Financeira, nome esquisito. Isso aí é quando a administração está locando um bem, um imóvel e ela resolve ser dona dele. Ela cobra. Existe uma inversão. Passa de ser uma despesa de custeio e passa a ser uma despesa de capital, investimento.

Então, a inversão... É muito pouco por quê? A administração não está conseguindo pagar salários. Não dá para ela ficar comprando bens, não é? É até uma questão óbvia, mesmo se fosse necessário.

Então, 18% são as outras despesas correntes, que são aquelas que de fato custeiam a máquina pública em todos os aspectos. Seis por cento são investimentos, 2% são juros e encargos da dívida, e 70% estão com despesa de pessoal e encargos.

Do orçamento de 20 bilhões, 70%, que dão em torno de quinze e pouco, 16 bilhões são despesa com pessoal.

Quanto mais as cores amarela, verde, azul marinho, esse azul mais claro e laranjada aumentam menos poder, o amarelo não, o cinza, menos a abóbora, ou laranjada aqui cresce, ele sempre diminui, porque em um cenário de prioridade de pagamento de gastos sempre vai ter primeiramente as despesas que são obrigatórias por Lei ou Constituição, depois as dispensas discricionárias, que são necessárias para manutenção da Máquina Pública, com aquilo que eu falei, locação de veículos, alimentação, diárias, água, luz e aquela coisa toda.

Nós precisamos fazer essa cor laranjada aumentar. É importante.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Falamos lá no começo que a LOA está deficitária em R\$1 bilhão e 682 milhões de reais. LOA deficitária ou LOA com insuficiência de Receita, que seria o termo técnico mais usado. Como já expliquei, é importante para mostrarmos de fato a realidade do Estado.

Não foi suprimida nessa LOA despesas, ou subestimadas, despesas que antes, por algum motivo, ou motivos técnicos, ou motivos que eu não sei quais, aconteciam.

Foi feita uma LOA dentro da margem de variação que tem qualquer peça orçamentária - é a mais próxima da realidade - e esse déficit foi gerado por algumas situações.

No campo da receita, primeiro, não aprovação do FETHAB já em 2018.

O FETHAB representa 500 milhões de reais nessa conta - 456 o FETHAB.

Então, fazendo essa conta de mais e menos, fazendo essa conta de menos FETHAB, recurso do FEF, que não estava previsto, 75 milhões, mais 169 milhões de emendas da bancada Federal que tem previsão de entrada, menos a reestimativa dos gastos com a previdência e menos a estimativa de depósitos judiciais, nós ficamos com este déficit aqui. Ou seja, reduziu a receita em quase 500 milhões de reais.

Muito dinheiro, não é?

E na despesa tem gastos que são homéricos, aumento de gasto com pessoal da ordem de R\$790 milhões, aumento do custeio R\$235 milhões, reserva de contingência 458, e aí vai, SEDUC R\$100 milhões...

O SR. PARTICIPANTE (FALA DA PLATEIA – FORA DO MICROFONE) – As desonerações estão onde?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Oi?

O SR. PARTICIPANTE (FALA DA PLATEIA – FORA DO MICROFONE) – As desonerações estão onde?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Esta é a apresentação. As desonerações pode ser outro assunto.

Enfim, este valor das despesas, o aumento da despesa, associado à diminuição da receita é a origem do déficit de R\$1 bilhão e 682. Está certo?

Aqui é um gráfico bem técnico que mostra a composição das despesas primárias, qual a participação de cada tipo de despesa na composição das despesas primárias.

As despesas primeiras, meus amigos, são aquelas despesas correntes, obviamente menos despesas de capital e menos despesas financeiras: juros da dívida, juros bancários, despesas financeiras em geral.

Custeio e folha. A folha veio numa crescente até 2019, saiu de 73% em 2014 e foi para 82% do total das despesas primárias.

O custeio diminuiu. Ele saiu de 27% em 2014 e está em 18% em 2019.

Esse é um gráfico importante, ele mostra a variação dos aumentos de repasse para os Poderes.

Nós pegamos aqui um histórico de 2010 até 2018. De 2010 a 2018 houve uma variação nominal, ou seja, saiu de 1 bilhão e 24 milhões para 2 bilhões e 418. A variação nominal teve um acréscimo até considerável.

Infelizmente, além de apresentar tecnicamente os números da forma que estão expostos na Lei Orçamentaria, cumprindo o que estabelece a legislação, que infelizmente são números não muitos bons, são números ruins de ouvir, mas são números reais. O objetivo é justamente esse, não esconder debaixo do tapete informações.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Nós precisamos, se haverá uma discussão, que seja feita às claras, com números reais, porque discute algo agora e amanhã aparece um submarino para discutimos de novo. Não é essa ideia. O atual governo tem isso muito claro, se for para discutir um assunto, vamos discutir os assuntos reais e tentar ver as saídas reais sobre os assuntos.

Com tudo isso, tem sido feito medidas para minimizar essa situação. Ninguém está parado, inclusive estamos trabalhando demais nesse sentido.

Foram anunciadas, os senhores devem ter visto na mídia, foram anunciadas algumas medidas, sobretudo, hoje nós estamos ocupando de legislação aprovada anteriormente, como é o caso da PEC dos Gastos, a Emenda Constitucional nº 81.

Estão acontecendo algumas medidas contundentes de eficiência dos gastos e de melhora da receita. Dentre as quais dá para citar aqui o processo de PDV. Sobre PDV eu posso falar com bastante propriedade, porque fui eu que ajudei a construir, é um dos melhores mecanismos que tem em administração em parceria com o trabalhador, com o servidor, para obter, de um lado da administração, uma economia financeira e, do lado, do trabalhador, um valor adicional das suas verbas e uma possibilidade de descansar, ou descansar ou fazer outra atividade.

Nós temos diversos trabalhadores no Estado que têm duas funções. Por exemplo, na MTI, que é o primeiro PDV, nós temos trabalhadores que dão aula na UFMT, têm título de doutorado e que para eles é muito mais interessante aumentar a carga horária de aula do que continuar trabalhando na empresa.

O PDV foi muito bem construído, para vocês terem uma ideia, todos os PDVs que nós analisamos, ou boa parte, trabalhavam com indenização por trabalhador que aderisse na ordem de um salário, 1,2 salário atual por ano trabalhado do trabalhador. O PDV do MTI, que está sendo a base para os demais PDVs. Na sequência, vem o da EMPAER, depois da METAMAT, e talvez da administração direta. Nós colocamos 1,5 salário, porque é muito atrativo, e nós temos colegas trabalhadores que já se aposentaram, estão com 70 anos, 72 anos e não conseguem mais nem ir para o trabalho.

É uma grande oportunidade para trabalhador receber pelo tempo trabalhado, Deputado Professor Allan Kardec, que foi muito tempo, um valor, e ir para casa descansar. E o melhor: esse processo todo é feito com uma economia substancial para a administração, porque a administração para de pagar encargos. O PDV é uma rescisão que é paga parceladamente no limite do salário do empregado ou do servidor. Só que nós deixamos de pagar os encargos sobre a folha, o décimo terceiro, férias, INSS, FGTS. Essa redução dá em torno de 35% ao mês de economia, na MPI eu atualizei hoje a informação, nós temos já 80 pessoas que fizeram o exame do PDV. Essas 80 pessoas vão dar economia, em 2019, na ordem de 5 milhões de reais. Vai diminuir a folha em 5 milhões de reais. É PDV, porque ele é voluntário, Plano de Demissão Voluntária, ninguém é forçado a nada, sai quem quiser.

É uma ação que eu sempre falo: é muito estruturante para a administração e para o trabalhador, essa é uma das ações que esta fazendo parte do rol de medidas para poder ajustar isso.

Eu já estou acabando, só para concluir.

Está tramitando nesta Casa a alteração do FETHAB, que vai virar um fundo único e esperamos que tenha um incremento de receita na ordem de 600 milhões de reais. Certo?

Redução do duodécimo dos Poderes, não aumento do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria e redução de 52 milhões entre a Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Revisão dos contratos e eficiência de gasto. Aquilo que nós falamos: nós vamos rever todos os contratos da administração, sistematicamente.

Está sendo criado dentro da Secretaria de Gestão, isso é uma notícia de primeira mão para vocês, um setor com técnicos especializados que vão analisar todos os contratos da administração, para quebrar possíveis discrepâncias entre o mesmo serviço; serviço que tem o mesmo objeto testado em dois órgãos diferentes, mas com valores diferentes também. É um absurdo isso!

Redução dos cargos comissionados, isso aí é uma política de Governo, tem sido feito isso já, é uma ação ruim do ponto de vista de gestão de pessoas, porque demitir nunca é bom para ninguém, na verdade, é muito chato acontecer isso, mas infelizmente, na atual conjuntura nós temos que fazer.

Renegociação da dívida dolarizada com o banco mundial.

Hoje a dívida dolarizada é paga em duas parcelas: em março e setembro. Cada parcela, depois de convertido o dólar, dá em torno de 130 milhões de reais em uma parcela só. Então, agora em março, tem uma parcela, dependendo da variação do dólar, que vai ficar entre 125 e 130 milhões de dólares. É muito dinheiro para sair de uma vez só do cofre do Estado. E um cofre seco, um cofre seco que não tem dinheiro!

Nesse sentido, está sendo feita uma negociação muito contundente para poder diminuir a taxa de juros, estender o pagamento e mudar a forma de pagamento para que não seja paga de uma vez só. Diminuir o valor e estender a quantidade de parcelas.

A última é a implementação do que determina a PEC dos Gastos, a Emenda Constitucional nº 81, que está sendo feita aqui em cima, que traz tudo isso: reforma administrativa, que já foi anunciada pelo Governador. Estamos saindo de dezenove Secretarias para quinze Secretarias.

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vinte e quatro?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA VOLTA DIALOGAR COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Vinte e quatro Secretarias para quinze Secretarias. São nove Secretarias a menos e, no que depender desse Governo, será uma reforma estruturante, não será uma reforma só para a mídia ver. Uma reforma estruturante, de fato, terá que reduzir os valores e os gastos, de fato será.

(PARTICIPANTE FAZ PERGUNTA AO PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Então, eu falei e você não percebeu. O PDV, mas eu vou responder a pergunta, ela perguntou: “O cofre está seco e de onde sairá o dinheiro para pagar o PDV?” Sairá do mesmo lugar que sai hoje, da folha de pagamento, porque o PDV será pago parceladamente. E qual é o limite da parcela? É o salário do servidor. O salário bruto do servidor. Exemplo: o PDV do colega deu R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), ele recebe vinte mil reais por mês. Vou pegar R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) e dividir por vinte, ele receberá trinta parcelas de R\$20.000,00 (vinte mil reais), ou seja, não vou mudar em nada a folha. Vou mudar, sim, vou reduzir em média 35%, porque sobre esse R\$20.000,00 (vinte mil reais), não pagarei mais INSS, os encargos, FGTS, 13º salário, férias, promoção, reajustes... Você entendeu? O mesmo valor do salário dele parcelado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Gente, Deputado Max Russi, essa Audiência Pública foi um pouco a mais e acabei extrapolando. Quero agradecer a presença de todos! Nós estamos aqui para responder as perguntas, aquelas que eu puder responder e as que eu não conseguir, eu vou ter a humildade para dizer que tentarei trazer a resposta em um segundo momento. Mas estamos à disposição, estamos à disposição na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ouvidos e abertos às propostas. Propostas de melhoria do gasto público. Temos que nos unir neste momento. Nós, servidores, temos que nos unir para poder fazer o Estado melhorar. O Estado não está bem do ponto de vista de contas públicas. Ok!

Boa tarde a todos!

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Basílio, pela apresentação, ao Deputado Dilmar Dal Bosco que se fez presente e teve que se ausentar para um outro compromisso.

Convido para compor a mesa, o Deputado Pedro Satélite e o Secretário-Chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho.

Muito obrigado pela presença e a grande participação de todos os Secretários que aqui vieram; e também o Elizeu Nascimento, Deputado Estadual diplomado.

Nós vamos chamar agora as pessoas que se inscreveram para fazer uso da palavra, para fazer as perguntas, os seus questionamentos e logo após as respostas das pessoas que foram feitas as indagações.

Começando pela Defensoria Pública, Sr<sup>a</sup> Maria Luziane Ribeiro, que dispõe de três minutos para fazer as suas colocações.

A SR<sup>a</sup> MARIA LUZIANE RIBEIRO – Boa tarde a todos!

Cumprimento todos os membros da mesa, na pessoa do Deputado Max Russi, que preside esta Audiência Pública.

Da parte da Defensoria Pública, nós não temos muito a falar.

Quando eu cheguei aqui, o Deputado Wilson Santos brincou comigo falando assim: “Ah, a Defensoria Pública veio aqui para falar que vai ceder parte do orçamento da Defensoria...”. Só se fecharmos as portas e deixar de existir. Infelizmente não é esse o nosso cenário.

E aí o Secretário falou: “Nos ajudem a dar alternativas para diminuir os gastos”.

A nossa resposta, Secretário, é: invista na Defensoria que o senhor vai diminuir gastos. Por quê? Eu apresento aqui alguns dados. Infelizmente não tenho esses dados com muita precisão porque são dados que estão lá na Procuradoria-Geral do Estado e talvez fosse muito interessante eu levantar isso.

O Estado é obrigado a prestar assistência àquelas pessoas que são necessitadas. Existe um órgão para isso que é a Defensoria Pública do Estado. Na ausência da Defensoria Pública, o Juiz vai nomear alguém para poder fazer isso. Ele nomeia um advogado. Então, são nomeados advogados dativos para poder prestar esse atendimento, porque o cidadão ele não pode ficar encarcerado, ele precisa de uma defesa, ele não pode ficar indefeso.

A Constituição proíbe que qualquer pessoa fique indefesa. Uma mãe que precisa buscar o Poder Judiciário para poder conseguir alimentos para os seus filhos, guarda, regularização de guarda, divórcios, uma série de ações precisam ser desenvolvidas.

Se o cidadão bater na porta do Poder Judiciário ele não vai ter o atendimento da sua demanda, ele precisa de alguém que faça isso por ele, e no momento em que você tem a nomeação desses advogados dativos isso vai custar para o Estado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Em 2015, são alguns dados que eu tenho, o Estado gastou 8 milhões e meio com pagamento, isso com pagamento. Acreditem, esses valores são muito maiores, a nomeação de advogado, isso foi o que o Estado pagou, mas, existe uma dívida a ser paga.

Nós fizemos um levantamento em 2017, com 9 Juízes apenas do Estado, apenas 9 Juízes de nomeações, porque no momento em que o juiz nomeia esse advogado, ele já estabelece o valor que vai ser pago por aquele trabalho e foi feito um levantamento somente em 9 Juízes, eu não estou falando de 9 Comarcas, 9 Juízes do Estado de Mato Grosso, foram gastos o valor de 9 milhões e 800 mil reais.

Então assim, se gasta muito, porque o cidadão precisa desse trabalho. É óbvio, o cidadão precisa de uma série de atendimentos por parte do Estado. Então assim, com esses valores, e óbvio que o senhor tem essas informações, a Defensoria Pública nos últimos anos infelizmente sofreu um decréscimo, não estou considerando 2014, mas, nos últimos anos nós tivemos um decréscimo em nosso orçamento e não investiram na Defensoria Pública. Nós estamos deixando de atender aquela pessoa mais necessitada, não só no trabalho de judicialização, porque muitas coisas nós resolvemos extrajudicialmente.

Então há possibilidade de se gastar menos com esses recursos sendo direcionados para Defensoria, nós conseguimos dar muito mais retorno para o Estado, acreditem nisso. Então nós vamos levantar esses dados com mais precisão até porque a Defensoria Pública mudou agora sua gestão, nós estamos integrando uma nova gestão, então nós vamos ter esses dados mais consolidados para poder sentar e conversar com o Governo do Estado.

Nós nos sensibilizamos e sabemos de todas as dificuldades que hoje estamos passando. Não é uma dificuldade vivenciada somente pela Defensoria, mas por todo mundo, nós sabemos disso, mas cortar ou não aumentar, ou não conceder nada para a Defensoria significa fechar as portas para o cidadão e infelizmente, nós já tivemos 15 núcleos que foram fechados e nós temos probabilidade de fechamento de mais núcleos, ou seja, mais Comarcas que deixarão de ter o atendimento da Defensoria Pública.

Os Deputados que aqui estão já são bastante sabedores da nossa realidade, das nossas dificuldades e temos assim, uma grande parceria e um grande acolhimento por parte da Assembleia Legislativa e sempre reconhecemos isso. Não é, Deputado Max Russi? Sempre foram os nossos apoiadores.

Infelizmente, não viemos dizer que o orçamento nos é apropriado, nós viemos retratar isso e eu acho que vale uma conversa maior para poder diminuir esses gastos que o Estado está tendo com essas nomeações de Advogados dativos.

Muito obrigada e boa tarde a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Defensora Luziane Ribeiro, pela fala.

Em tempo, quero cumprimentar o Antônio Wagner, Presidente da Central do Sindicato Brasileiro de Mato Grosso; o Jorge Deloca Barros, Presidente do Sindicato dos Assistentes e Técnicos da SEMA; Cabo Adão, Presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM de Mato Grosso; e a Jacira Maria da Costa Silva, Vice-presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso.

Convido, para fazer uso da palavra, a Sr<sup>a</sup> Rosimeire Ritter, Presidente do Sindicato dos Servidores do INDEA e INTERMAT, que dispõe de cinco minutos.

A SR<sup>a</sup> ROSIMEIRE RITTER – Boa tarde a todos!

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Estou aqui representando o SINTAP, o SINTAP é o Sindicato que há 30 anos representa os servidores do INDEA e INTERMAT.

Agradeço, Secretário Basílio, a oportunidade de falar aqui; e quero cumprimentar todos da mesa, o Deputado Max Russi.

Em relação ao incremento de receitas, Secretário, é importante destacar que há muito anos vimos alertando que há muita deficiência na questão do valor da pauta da terra, eu como representante dos servidores do INTERMAT, trago ao Secretário de Planejamento, para que faça uma avaliação em relação a pauta da terra, porque hoje o valor é ínfimo em relação ao valor que, realmente têm as propriedades.

A outra questão, o INDEA é um órgão fiscalizador e arrecadador.

No ano passado o INDEA deixou de arrecadar em razão da redução da taxa de identificação de madeira, que de 9,28% passou a ser de dois e alguma coisinha por metro cubico.

Então, a identificação de madeira é uma atividade que o INDEA exerce há muitos anos e ele certifica o produto. Quão grande é a importância dessa atividade, que o caminhão, assim que ele passa e destaca o certificado dentro do INDEA, os fiscais vão lá, fiscalizam o caminhão de madeira e emitem o certificado, eles viajam tranquilos, porque é um produto que está certificado, mas não só a madeira, o INDEA é um Instituto de Defesa Agropecuária, tanto na aérea sanitária, quanto da área vegetal.

Quando o INDEA carimba uma nota de vacina, quando ele vai à propriedade fiscalizar o gado da propriedade, é um organismo internacional que exige que seja feito isso.

Então, essa atividade que o INDEA exerce enquanto defesa sanitária que exporta produtos para outros países, essa atividade é muito importante para o País e para o Estado.

Eu gostaria de chamar a atenção, Basílio, pelo que percebi nos números que foram apresentados, o INDEA, por estar vinculado à SEDEC, não sei se assim vai permanecer, mas, o que você apresentou ali é que vai ser mantido o mesmo orçamento - não sei se ainda temos a oportunidade de mudar isso -, mas no ano passado, até junho, quase fecharam as portas do INDEA. Nós estamos em 141 municípios e postos fiscais em divisas do Estado.

Então, eu quero chamar a atenção. Você está pegando a Secretaria de Planejamento e gestão agora, e claro que você vai ter um tempo ainda, mas eu já estou chamando a atenção há muito tempo. Já tivemos audiências públicas, estivemos aqui e chamamos a atenção em relação a isso. Não estou só falando da folha de pagamento, mas de veículos quebrados. O INDEA só se manteve aberto após o mês de junho de 2018 porque recorreu a Fundos privados, FESA, FASE. Certo?

Então, estou aqui para chamar a atenção porque eu percebi que não houve alteração nenhuma com relação ao orçamento e eu já vim aqui em outras audiências públicas para chamar a atenção. Então, peço que revejam esse orçamento que está vinculado à SEDEC.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Rosimeire, que é Presidente do Sindicato dos Servidores do INDEA.

Quero convidar para o uso da palavra, que terá cinco minutos também, o Edmundo César Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio- SIMPAG.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Boa tarde a todos!

Em nome do nosso companheiro Basílio, que é colega carreira, servidor público, quero cumprimentar todos da mesa.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Eu sou Edmundo César, sou Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio do Poder Executivo, servidor público há 40 anos no Estado de Mato Grosso com muita honra.

Já passamos momentos como esse em que estamos vivendo essas turbulências há uns 20 anos. Agora estão retornando com a novela, com outra roupagem, outros atores.

Estamos aqui para fazer algumas perguntas ao Basílio, que fez uma apresentação que me assustou muito, Basílio.

O senhor fez uma colocação que neste ano de 2019 haverá um incremento na folha de pagamento dos servidores públicos do Executivo de 1 bilhão e 700 milhões de reais.

Não foi isso? Foi isso que foi colocado aqui. Não foi?

Eu não consegui fazer essa conta! Porque nós não temos aumento, tiraram a nossa RGA, há o projeto do governo que vai congelar todos os nossos salários, não teve concurso público.

Eu não estou entendendo, sinceramente, essa conta.

Espero que ter ouvido mal, mas dá 150 milhões por mês. É muito dinheiro. É muito dinheiro.

O Executivo... (PALMAS)

Nós temos aqui, Deputado Max Russi, estamos há muito tempo conversando, trazendo algumas propostas para o Executivo, para o Governo de Estado onde está o problema, mas os governantes infelizmente não querem ouvir as vozes dos Sindicatos, não têm a humildade necessária que precisa ter neste momento de crise que estamos vivendo no País e aqui em nosso Estado.

Por exemplo: temos aqui uma fonte de recursos que não está sendo explorado, Secretário Gilberto, o agronegócio.

O agronegócio no Estado de Mato Grosso já deixou de colocar nos cofres quase 40 bilhões de reais.

Incentivo fiscal que eu entendo é igual a criação dos nossos filhos, com um certo tempo eles têm que desmamar, têm que andar por conta própria. (PALMAS)

Pessoal, muito obrigado pelo reconhecimento de vocês.

Não estamos falando bobagem aqui não.

Tem muita isenção!

Alguns setores precisam realmente - até penso assim - como do pessoal que tem problema de saúde.

Ontem eu vi uma reportagem que me cortou o coração, a pessoa não consegue nem falar e não tem remédio em nossa farmácia de alto custo.

O Estado não precisa acabar, não precisa ver o servidor, ou o munícipe precisar. Tem que já programar.

Como a companheira da Defensoria Pública colocou, tem que parar de terceirizar trabalho, porque fica muito caro. Gastou-se com advogado 9 milhões... (O DEPUTADO WILSON SANTOS CUMPRIMENTA E DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Boa tarde, Deputado Wilson Santos.

Tranquilo. O coração está em dia.

...Nove milhões! Gastou-se 9 milhões com 9 advogados. Com certeza esses 9 advogados devem ser amigos do rei, porque eu vejo na Defensoria Pública não tantos processos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

muitos difíceis de resolver. Como a colega colocou, às vezes resolve com uma rodada de negociação. Mas o Estado quer gastar, o Estado quer trazer dinheiro para os apaniguados.

Então querendo colocar aqui para fazer, Deputado Max Russi, uma força-tarefa. Vamos por essa PGE para cobrar essa dívida ativa. São 40 bilhões de reais.

Vamos fazer a CPI da dívida pública de Mato Grosso. Tem dívidas que ninguém sabe quem pegou, para o que e para onde foi.

Então, pessoal, era isso que eu queria colocar aqui.

Não estou falando em tempos de sensacionalismo, não.

Estou muito preocupado porque há 40 anos eu resolvi ser servidor público, com muita honra, com muita e muita galhardia. Agora, chegando quase no pé da minha aposentadoria, essas conversas de que o MTPREV não tem dinheiro para pagar.

Para onde foi o dinheiro do MTPREV?

Descontou. Todo mês esta lá. Pega meu holerite de quarenta anos, está lá minha contribuição.

O IPEMAT construiu. Era tanto dinheiro que tinha no nosso Fundo, Presidente Max Russi, talvez Vossa Excelência não conheça, mas fizeram até casa própria e nunca receberam, perdoaram a dívida e não trouxeram o retorno.

Então, o que o Estado está colocando da Fonte 100 no MTPREV, hoje, ele não está tirando, ele está devolvendo nosso dinheiro e tem que continuar devolvendo. Esse negócio de previdência, tem gente que nem sabe o que é previdência e diz: “Ah! Tem que ter a reforma da previdência...” Que reforma de previdência? (RISOS)

Pessoal, nós temos que ser mais enérgicos, nós temos que aprender a cobrar dos nossos governantes, não ficar só lamentando nos corredores, no *WhatsApp*, temos que ir para cima deles no bom sentido, com ideias. Muito obrigado, pessoal! (PALMAS) Muito obrigado! Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Sr. Edmundo, pela fala, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Meio.

No final o Sr. Basílio fará as manifestações naquelas falas que ele foi citado.

Convido o Sr. Orlando Francisco, Coordenador do Fórum Sindical de Mato Grosso e Secretário de Finanças do SINTEP para uso da palavra, que terá cinco minutos. Temos apenas mais um inscrito, quem mais quiser se inscrever, procure a mesa.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Boa tarde, senhoras e senhores!

Cumprimento aos componentes da mesa na pessoa do Deputado Max Russi.

Quero dizer da satisfação de termos o tempo de cinco minutos para dizer da nossa temperatura diante do que o Secretário Basílio expôs. Secretário de Planejamento e Gestão Basílio, mais o Secretário da Casa Civil, que vem trazendo essas novas considerações.

Mas, pecando em dizer e não em omitir, quero dizer que já começa com vício de origem, Secretário. Eu gostaria de chamar a atenção, principalmente do Secretário de Saúde, Sr. Gilberto, que está assumindo a Pasta da Saúde, na qual o SINTEP tem assento no Conselho Estadual de Saúde e também da Secretária Rosa Neide Sandes de Almeida sobre a questão que foi colocada aqui.

Primeiro, com relação à educação e os Deputados presentes sabem muito bem do que estou dizendo, e em outras audiências públicas já colocamos isso, no caso da educação, mesmo que haja um incremento de receita, que saia de 2,9 bilhões de reais para 3,2 bilhões de reais no

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

orçamento de 2019, ainda continua um erro de origem. Primeiro, imposto de renda na fonte continua fora da base de cálculo da educação. Segundo, a Lei de Responsabilidade Fiscal só vale... Olha só: a Lei de Responsabilidade Fiscal só vale contra nós do Executivo, servidores, mas a própria Lei de Responsabilidade Fiscal expressa que no caso das áreas sociais, nas áreas no caso de educação e saúde, mas eu estou falando primeiro da educação, todos os recursos mesmo que haja frustração das receitas... E não vimos isso aqui, tem que haver a compensação no caso dos incentivos fiscais.

O art. 68 da LDB, como disse aqui o Edmundo, nós não estamos inventando, o art. 68 da LDB está aqui.

Deputado Professor Allan Kardec, que também é da educação, no item 4, o artigo fala sobre os incentivos fiscais. Os incentivos fiscais são concedidos por lei. É diferente da imunidade, é uma isenção, mas tem que ter a compensação. Por isso que eu estou dizendo que é um erro de origem. Já é um vício de origem. Não está havendo a compensação para a próxima LOA.

Com relação à saúde, e aí têm vários colegas que são técnicos e sabem que temos colocado isso também no Conselho Estadual de Saúde e vamos repetir aqui: primeiro, foi feita uma prestação de contas do Judiciário no Conselho Estadual de Saúde de 300 milhões bloqueados pelo Judiciário. Portanto, a saúde não teve 1 milhão e 900 milhões. Ela teve 1 milhão e 600 milhões, porque 300 milhões estavam bloqueados, e foram prestadas contas de 100 milhões. Então, faltam 200 milhões.

Outra questão: a Lei 1.141, de 2011, expressa que também tem que haver a compensação dos recursos para a saúde, quando há a isenção fiscal, os incentivos fiscais. Está lá no artigo 9º da Lei Complementar 141.

Para concluir, Srs. Deputados e Srs. Secretários, a proposta que está colocada aqui além de pressionar os servidores, além de tirar direitos de servidores, inclusive congelando salários como já foi colocado pelos colegas que me antecederam, já vem com vício de origem para 2019, ela sonega recursos principalmente para a saúde e para a educação.

Obrigado pela atenção! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Orlando.

Convido para fazer uso da palavra, Antônio Wagner Nicácio de Oliveira, Presidente da Central do Sindicato de Mato Grosso, que terá cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Senhoras e senhores, boa tarde!

Acho que é a 35ª Audiência Pública que nós participamos, quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Janaina Riva e dizer, Deputada Janaina, que os servidores e o Estado de Mato Grosso estão do seu lado diante do ataque que nós vimos hoje na mídia que o TRE perpetua contra o seu mandato.

Quero cumprimentar nosso Presidente Edmundo e meu amigo Luiz Cláudio, em nome de todos os servidores e trabalhadores que estão aqui presentes.

Senhores, eu passei grande parte do meu dia lendo o relatório da Controladoria-Geral do Estado a respeito dos incentivos e renúncias fiscais, é um crime que foi cometido e os Secretários que estiveram à frente da pasta da SEDEC, Secretaria de Fazenda, deveriam estar presos!

De acordo com o relatório da CGE, quatro bilhões para gerar 400 empregos e as contrapartidas devidas não foram cumpridas e não foram cuidadas pela Secretaria de Fazenda e muito menos pela SEDEC. Está lá o Ministério Público, que está aqui presente, basta pegar o relatório da CGE, sessenta e poucas páginas, porque lá muitos crimes foram apontados e ali nós

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

estamos falando de uma receita estimada de 4 bilhões de reais que, segundo analistas da nossa carreira, de dentro da Secretaria de Fazenda, chegam a aproximadamente 8 bilhões de reais. Prova por “A” mais “B” que o problema não é a folha de pagamento de servidor nenhum, só para começar.

Outro ponto absurdo, e o Edmundo tem razão quando diz, é que nós estamos apontando há quatro anos os problemas. Cadê a PGE aqui? Quarenta e sete bilhões em dívida ativa, segundo relatório do Tribunal de Contas, 90% desses valores estão prescrevendo nos últimos 10 anos. Quarenta e sete bilhões de reais não é meia dúzia de reais, como salário dos servidores, caro colega Basílio.

Esta Casa de Leis, eu já sugeri ao Deputado eleito João Batista e faço aqui uma sugestão ao grande Deputado eleito também, Eliseu Nascimento, que solicitem a abertura de uma CPI da dívida ativa. Porque eu, advogado, quando perco um prazo, sou responsabilizado, e esses caras? Ninguém é responsabilizado. Conversando recentemente com uma Fiscal de Tributos, ouvi que quando emitido, lavrado um auto de infração, o Estado não tem um controle sequer quanto ao prazo desse auto de infração, disse que ele tramita de setor em setor na Secretaria de Fazenda até se transformar em dívida ativa. Nós não temos controle dos nossos devedores, mas querem controlar o salário dos servidores... 47 bilhões!

Aí eu vejo a PGE atacar 400 advogados das nossas carreiras, inclusive, Basílio, um problema que temos que atacar agora!

Nós, nessa semana, solicitaremos uma reunião para tratar desse assunto. Se a PGE não consegue executar o seu produto principal, quer atacar os nossos direitos! O direito de 400 advogados cumprirem o seu trabalho dentro das nossas secretarias, cuidando dos processos administrativos de progressão, de pensão e de aposentadoria! Que descalabro é esse?! Que samba de uma nota só é esse?!

Outro ponto, nós falamos aqui da dívida pública, dívida obrigatória, temos que pagar junto ao Tesouro Nacional. Ok. Eu sou fundador da Auditoria Cidadã da Dívida Pública no Estado de Mato Grosso, pertencço ao grande grupo nacional onde está lá uma das maiores especialistas, Maria Lúcia Fattorelli.

Trouxemos um especialista recentemente, PHD em economia, o Dr. José Menezes. É obrigatória? É. Mas, qual é a origem? A origem da dívida pública, grande parte, nós tínhamos uma dívida pública de 1 bilhão e meio até as obras da Copa, até a Copa do Mundo, por esta Casa de Leis, foi autorizado um alto endividamento do Estado junto a bancos e organismos internacionais, triplicamos essa dívida pública que criou, que serviu para pagar obras superfaturadas que voltaram como propinas em caixas de papelão, paletós e de toda sorte de corrupção no Estado de Mato Grosso. É essa a origem da dívida pública obrigatória que pagamos com bancos e organismos internacionais. É um desrespeito com o servidor, é um desrespeito com a população de Mato Grosso.

E a dívida dolarizada, gente? Eram 400 milhões, pagamos um bilhão e meio por ano, por ano. Aqui 130 + 130, 260 milhões, nós devíamos 400... Esta Casa de Leis autorizou vender para o *Bank of America* a troco de propina porque tem delação premiada a respeito disso, e o Governo deveria atacar isso judicialmente ao invés de simplesmente, como cordeirinho, pagá-la.

Já irei concluir. Mas, o governo pagou, vendeu uma dívida de 400, pagou 1 bi e meio de juros e amortização que se chama de sistema da dívida, e ainda devemos mais um bilhão e meio e ninguém atacou isso judicialmente. Mas, agora vamos renegociar isso com o Banco Mundial, que de Banco Mundial não tem nada. É simplesmente um organismo internacional onde os grandes bancos mundiais, principalmente, ingleses e americanos aportam recursos para emprestar a título de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

empréstimos absurdos que melhor pegar com Arcanjo do que com banco mundial e nós vamos renegociar uma dívida que nós já pagamos mais de três vezes, é um descalabro e atacando a folha de pagamento de pais e mães de famílias que precisam colocar alimentos na mesa de seus filhos.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Antônio Wagner.

Quero convidar a Maria Fernanda Freitas de Almeida, Diretora do Sindicato dos Servidores INDEA, INTERMAT, pelo prazo de 5 minutos.

A SR<sup>a</sup> MARIA FERNANDA FREITAS DE ALMEIDA – Olá! Boa tarde a todos!

Meu nome é Maria Fernanda Freitas de Almeida. Sou Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária Florestal do INDEA, médica veterinária.

Estou aqui só para fazer uma argumentação, ressaltando a importância da defesa agropecuária no Estado de Mato Grosso, para o País inteiro, a importância dos médicos veterinários, dos agrônomos florestais, agentes, dos servidores do INTERMAT também que desempenham um papel vital para o Estado.

Bom, a EMPAER, que tem que fazer a parte do assistencialismo, apesar de não fazer parte do nosso sindicato, eu acho um erro profundo a extinção da EMPAER, que faz a assistência aos pequenos produtores.

E saber do Secretário Basílio realmente o que seria destinado na LOA para o INDEA fazer suas atividades. E dizer que no ano passado foi muito difícil para o INDEA para conseguirmos fazer todas as certificações, todas as fiscalizações - tivemos inúmeros focos de raiva no Estado.

Todos os funcionários do INDEA, com salário sem o RGA, não reclamamos, porém, executamos todas as nossas atividades, atendemos todos os focos de doenças, suspeitas e ajudamos a certificação que realmente o Estado de Mato Grosso é livre de doenças que diminuiriam as exportações, os nossos produtos, e saber o que está previsto para nós neste ano para estarmos desempenhando as nossas funções e não ficar, como eu falo, refém da iniciativa privada através dos fundos.

No ano passado nós passamos por uma auditoria do Ministério da Agricultura e nós tivemos uma nota baixa pelo Ministério da Agricultura, porque estaremos nesse ano trabalhando até 2020 à retirada da vacina da febre aftosa no Estado de Mato Grosso, então nós teremos que pegar, realmente fortalecer as nossas fronteiras para evitar que a febre aftosa volte ao Estado de Mato Grosso, e nós abriremos novos mercados sem a vacina.

E no relatório do Ministério da Agricultura algumas atividades nós não conseguimos tirar a nota suficiente e nós seremos reauditados em 2021, se eu não me engano, e foi pedido, solicitado por eles concurso público no INDEA para fortalecermos as nossas barreiras, e ver o que realmente... com qual olhos o novo governo enxerga a defesa agropecuária, realmente se ele tem essa informação da importância do INDEA para a Defesa Agropecuária.

É só isso que eu tenho mesmo para falar.

Agradeço a todos. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Maria Fernanda de Freitas, Diretora do Sindicato dos Servidores do INDEA e INTERMAT.

Agora nós teremos a fala da Deputada Janaina Riva e o Deputado Professor Allan Kardec, e logo após o Basílio vai responder aos questionamentos.

Com a palavra, o nobre Deputado Professor Allan Kardec.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Boa tarde a todos e todas!

Boa tarde, Presidente, Secretário Basílio, que fez a apresentação e todos que me antecederam.

Quero falar, Sr. Presidente, em três tribunas. Vou começar na tribuna do servidor público que sou.

Como diz o cuiabano, Basílio, eu sou oriundo dos quatro costados de servidor público.

Já disse isso ao Governador em várias ocasiões, inclusive no processo de campanha, pai e mãe professores, avô e avó professores, nunca deixarei de ir à luta junto com a minha categoria, com a categoria dos professores, profissionais de educação e com todos os servidores públicos. Saibam disso. Saibam disso. Tenham em mim um parceiro... (PALMAS) ...um parceiro, um companheiro.

Entendo que essa semana foi uma semana de muita discussão nos grupos das diversas categorias e este não é o fórum para estarmos fazendo algumas respostas a ataques caluniosos de companheiros que até anteontem estavam encerrando fileira comigo nas ruas, nas escolas e nos corredores das nossas repartições públicas.

Na condição de servidor público, o que sempre pedimos para o Governo, esse que passou e ao que antecedeu a esse, e o Estado vem no mínimo a oito ou dez anos num caos administrativo total, de toda ordem, isso já foi falado aqui, queríamos um Governo que dialogasse conosco e enfrentasse de frente a classe produtiva, especialmente dentro do núcleo da classe produtiva aqueles que mais lucram com um Estado eminentemente agrário como o nosso.

A partir disso, Sr. Basílio, na condição de servidor público, quero fazer alguns apontamentos para o senhor. Vou começar elogiando e finalizo questionando.

Quero parabenizar o senhor, porque a nossa luta, desse coletivo aqui, a manutenção do MT Saúde, o senhor não falou aqui, talvez não fosse o momento, mas eu já tenho os dados do MT Saúde e da ampliação da rede, pelo menos de Cuiabá e Várzea Grande, de atendimento, a notícia que o senhor nos deu, e o Governador aprovou, da manutenção do MT Saúde.

Foi uma luta que fizemos aqui, abrimos CPI, fui para dentro, questionamos muito o MT-Saúde, em especial quando deduz do servidor público e não repassa aos hospitais conveniados e o servidor público ia para a porta do hospital, já que o SUS estava com muitas dificuldades, e ainda está - temos esperança no Gilberto, um grande gestor para nos ajudar nesse sentido, um servidor público também -, o hospital não o recebia, mas era descontado do servidor.

Fico feliz de saber que estamos equilibrando o MT Saúde e o parabenizo por isso.

Na questão de enfrentamento do setor produtivo para dividir o ônus o Governador Mauro Mendes e sua equipe econômica está de parabéns com o novo FETHAB, primeiro porque vem trazendo toda a rede de produção deste Estado que estava fora dos outros FETHABs, FETHAB 1, FETHAB 2, FETHAB disso, FEHAB *Commodities*, que era uma confusão na nosso cabeça, para um FETHAB só.

Sessenta e cinco por cento – eu gostaria que a categoria prestasse atenção nesse ponto -, 65% do que se arrecada do novo FHETAB virá para custeio, significa também folha de pagamento.

Nós finalizamos agora uma CPI, e a estou comemorando ainda, porque ela não ia ser aberta, nós brigamos para que ela fosse aberta, Sr. Willian, brigamos para permanecer na CPI, e conseguimos entregar um relatório ontem, que demonstra só no FUNDEB um desvio de finalidade

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

de meio bilhão de reais e está se pedindo responsabilização do ex-gestor deste Estado com relação só ao FUNDEB.

Foi demonstrada também nessa CPI a ineficiência na cobrança do próprio FETHAB, fuga de recurso do próprio FETHAB - a nossa fiscalização é ineficiente -, mais ainda mostrando que tínhamos condições de colocar o algodão dentro do FETHAB, o milho dentro do FETHAB e, pasmem, senhores, o nosso gado, que é vendido vivo, Professor Gilberto!

Mato Grosso tem incentivo para vender o nosso gado do Pantanal, Deputado Wilson Santos, vivo para ser abatido em outros lugares, fora do Estado e fora do País com incentivo. Esse novo FETHAB tributa esse gado também.

Nós teremos um incremento de receita. Foi feito com coragem e terá muita resistência dentro e fora do Parlamento, para que mude as regras que vieram desse FETHAB.

Sessenta e cinco por cento do FETHAB é custeio e isso é inovador e corajoso por parte do governo.

Sempre cobramos isso. Todo mundo tem que participar. Sempre falamos dos barões, dos tubarões e está aí uma lei que tem a possibilidade de avançar.

Corte profundo. Corte profundo nos penduricalhos que tínhamos dentro da administração, principalmente no último ano, cargos comissionados e contratos temporários.

Estamos debruçados sobre isso, orientação do governador, para chegar até 3.000 demissões. Não é nenhum servidor efetivo, nem pode fazer isso.

Isso não foi enfrentado quando veio a PEC do Teto, e eu votei contra, porque junto com a PEC do Teto não veio nada da reforma administrativa.

Veio aqui. Está aqui. Isso é altamente positivo.

Corte nos Poderes. E eu digo da Casa, na tribuna de Deputado Estadual, concordo plenamente.

Não dá para ter uma Assembleia Legislativa que há três anos devolveu 80 milhões de reais, Deputada Janaina Riva, para comprar ambulância e estar devendo folha de pagamento aos nossos servidores.

Só que a Assembleia Legislativa conseguiu tirar R\$35 milhões. Isso é contribuição de Poderes.

Precisamos avançar e dialogar. Todos os Poderes têm que contribuir - o TCE também.

Até então, o que foi feito no governo passado foi aumentar o duodécimo dos Poderes, aumentar de 2015 para 2016, tirando recurso do Executivo para os Poderes.

É só analisarmos o histórico de como foi o planejamento, de 2015 para 2016, do ex-Secretário de Planejamento naquele momento, que depois foi Secretário de Educação.

Foi tocado aqui pelo Wagner - essa é a grande missão e não podemos fechar os olhos e vamos cobrar isso muito duramente - os grandes inadimplentes, os que mamaram na teta bilhões.

Vou ficar mais um pouquinho, Deputado Max Russi.

Bilhões!

A manutenção do CIRA foi assertiva; a ampliação dos poderes da DEFAZ se faz necessária; e a cobrança, óbvio, da questão da Procuradoria do Estado de Mato Grosso.

Não dá para ficarem impunes os grandes devedores e não ficarão. Esse é o crédito que eu quero dar ao Governo Mauro Mendes.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Revisão dos incentivos. Cobrei aqui todas as vezes desta tribuna e da tribuna da Câmara Municipal.

Há muitos incentivos para poucos.

O Basílio já tem essa missão de mergulhar nesses incentivos este mês, e já está fazendo, para que possamos ter de fato um painel como esse que o Basílio nos mostrou de quais empresas estão recebendo incentivo e todo mundo ficar sabendo.

Quais são as regras para incentivo?

Se lá na Cultura ou nos projetos educativos da educação as escolas entram no edital para concorrer a um recurso, tem que disputar um recurso - não é isso, Marioneide? -, tem que disputar um recurso nos projetos educativos para ser escola plena ou para ganhar um incentivo na cultura, essas empresas têm que disputar também esses incentivos. Tem que ter regras claras para que elas possam ter e diminuição. Não pode ser para sempre.

Acaba o incentivo fiscal, a empresa vai embora do Estado!

Vou finalizar e eu vou para a cobrança: diálogo franco e continuado. Diálogo franco e continuado.

No dia que teve a reunião do Fórum Sindical, e eu não estive junto com os Deputados, eu estava atarefado, encontrei com o João Batista, que é um grande líder e companheiro, e no dia e na hora que estávamos preparando a reunião eu não pude ir... (PALMAS) ...pedi para a Deputada Janaina Riva e para os Deputados Max Russi e Valdir Barranco me representarem e nós conseguimos, enquanto categoria, na mesma semana, sentar com o Governador, olhando no olho e falando o que pensamos diretamente para o Governador.

O Governador Mauro Mendes fez esse passo na primeira semana do seu governo.

Finalizo dizendo, com muita tranquilidade, e venho do campo popular democrático, venho das fileiras do trabalhador, e meu Partido hoje, o Partido Democrático Trabalhista, é Vice-Governo deste Governo, faço parte deste Governo, nós vamos estar dentro deste Governo, é muito natural que eu esteja aqui dentro do Governo, mas nunca deixarei de ser o servidor público, aquele que vai lutar pelos nossos direitos. Nunca!

Aquilo que nós conversamos com o Governador e ele tem nos demonstrado isso todos os dias com muita clareza: vão enfrentar todas as dificuldades, melhorar nossa arrecadação, trabalhar isso dentro do setor produtivo, nós vamos diminuir custo na máquina e nós vamos equilibrar o Estado.

Esse crédito eu quero continuar dando para o Governador, mas, continuo sendo servidor público, continuo sendo o parceiro de todas as horas.

Daí o meu pedido e da minha categoria de profissionais de educação para a Secretária de Estado de Educação, Marioneide Kliemaschewsk, e também para o Ciro, aqui com relação à questão até a LOA que nós podemos discutir: Marioneide, nós fizemos concurso, eu critiquei muito o concurso passado, inclusive, mas fizemos, realizamos, estamos em processo com muitos companheiros no cadastro reserva – muitos - temos uma lista azul, dessa lista azul foram chamados, muitos foram chamados, e muitos desses chamados não vão assumir o concurso, não quiseram, não tiveram interesse, foram para outros lugares ou fizeram concurso para interior e depois desistiram, o próximo deve ser chamado.

O contrato dentro da SEDUC tem o mesmo valor do servidor público efetivo nos próximos três anos. Isso foi luta do sindicato, luta do sindicato! O professor interino ganha igual ao professor recém-contratado, durante os próximos três anos. Então, chamar um servidor efetivo nos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

próximos três anos não é custo algum em detrimento de contrato de um ano, por dois motivos: primeiro porque esse que serviu, passou no concurso, está preparado para assumir o seu lugar e outra situação. Segundo, o servidor efetivo, Basílio, desculpa Basílio, erro grave, o servidor efetivo, Basílio, recolhe para o MT-PREV, o servidor contratado, recolhe para o INSS, para o Fundão.

Então, esse é o pedido e peço aqui para Vossa Excelência, Presidente Deputado Max Russi, peço aqui para nossa bancada, que nós possamos manter o diálogo diuturnamente com as categorias dos profissionais servidores públicos do Estado e eu continuo na Assembleia Legislativa aqui. Estou firme para que a gente seja esse elo. Mas eu peço, pela coragem que o Governador demonstrou, especialmente por buscar receita daqueles que já ganharam bastante nosso Estado, colocando todos dentro de uma única regra e destinando 65% dessa arrecadação para custeio, esse nosso crédito no começo do seu mandato.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Muito obrigado, Deputado Professor Allan Kardec.

Quero convidar a Deputada Janaína Riva, defensora dos servidores, para fazer uso da palavra.

A SRª JANAINA RIVA - Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar a todos os presentes, principalmente os representantes do Governo do Estado, todos os Secretários, em nome dos colegas Deputados Max Russi e Professor Allan Kardec, não avisto mais nenhum colega Deputado aqui, a não ser o nosso colega novato, Deputado Elizeu, que está conosco também; e também representantes dos servidores... (PALMAS).

Agora tenho um reforço extra para a próxima legislatura, Deputados Elizeu Nascimento, João Batista, Dr. Paulo Araújo, Dr. João, enfim, vários representantes. Perdemos com o Henrique, que está aqui também, eu tinha visto ele agora há pouco, mas é primeiro suplente, também é um grande representante, ex-Presidente do SINTEP que está conosco (PALMAS).

Mas eu queria, de forma rápida, agradecer o comentário do Antônio Wagner, no que tange as minhas contas.

Eu tinha definido não falar sobre esse assunto, mas em todo momento que estou aqui recebo mensagens das pessoas e as pessoas estão indagando.

Vejo que é um assunto que causa, no mínimo, dúvida; não só de vocês, mas minha também, porque eu fui a Deputada que mais declarou gastos de campanha.

Não só eu, mas todos vocês viram campanhas maiores que a minha e declaram 300 mil, 200 mil e esses não tem problema.

Infelizmente, às vezes, nós pagamos, não sei se eu pago, Edmundo, se é pelo sobrenome, eu vi agora há pouco uma matéria, o Promotor identifica participação de Riva em campanha de Janaína. Na verdade, o Riva é o pai da Janaína. Então, nada mais natural que um pai, do que um irmão, do que um parente participar ativamente da sua campanha. Mas estou preparada para isso. Enfrentei perseguição durante quatro anos, enfrentei a mídia me massacrando durante quatro anos e não morri. Estou viva. Não só estou viva como fui a mais votada no Estado com ajuda de vocês. (PALMAS)

Então, eu sei que estou no caminho certo e gostaria de dizer para vocês que foi nesse caminho que eu vim e me fiz crescer dentro da vida pública, agindo dentro daquilo que eu acredito.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Não está dentre as minhas hipóteses agora neste novo mandato negociar direitos. Podemos discutir muitas coisas, mas não podemos negociar direitos. Passamos quatro anos discutindo direitos e não é justo para o servidor público do Estado discutir direitos.

Como foi dito aqui por vários dos representantes, vocês veem o número de incentivo absurdo dentro do Estado de Mato Grosso, vocês já viram alguém dar alguma coisa que não tem? Vocês já viram conceder alguma coisa para alguém que você não tem condições de oferecer? Como você vai oferecer comprar um superpuro dentro de sua casa se você não tem dinheiro para pagar conta de água, conta de luz, para pagar o remédio?

O que nós não aguentamos mais aqui dentro da Assembleia Legislativa é ter que discutir, antes de discutir esse tipo de benefício, que é absurdo, ter que discutir cortes em direitos de servidor, é isso que nós lutamos há tanto tempo para não ter mais que fazer! (PALMAS)

Como, por exemplo, discutirmos a RGA, que foi enviada aqui do servidor público do Executivo se nós vamos conceder, porque concedemos durante esses quatro anos a RGA de todos os outros Poderes autorizados pela Assembleia. (PALMAS) Constrangedor fazer isso. (PALMAS)

É constrangedor, por exemplo, a Mensagem do Poder Judiciário, assim como eu queria RGA do servidor do Executivo, eu quero que pague do servidor Judiciário, mas isso demonstra que lá no judiciário tem, a Assembleia Legislativa tem, no MP tem, no TCE tem e que no Executivo tem. Por que quem arrecada, quem faz o dinheiro, quem gera o dinheiro não tem? (PALMAS)

Eu vi muitas pessoas e participei de reuniões que tiveram Deputados, Deputado Max Russi, que questionaram só a questão do duodécimo da Assembleia Legislativa, porque não têm coragem de questionar dos outros Poderes. É fácil, porque aí você está tratando de políticos. Da mesma forma que quando você fala do TCE, hoje, nós temos que falar com todos, com certeza todos terão essa compreensão que não dá mais para ficar nas costas do Executivo.

Eu vi aqui o percentual, a Assembleia Legislativa, 35 milhões; o TCE 17. Está desigual, todo mundo tem que ajudar e tem que ajudar em uma parcela que seja significativa para resolver o problema e não só para fingir que vai resolver o problema. (PALMAS)

Então, eu acredito sinceramente que tem muitas coisas que tenham que ser discutidas. A nossa PGE, e não estou falando aqui dos servidores da PGE, mas é a de menor produtividade do Brasil, segundo os percentuais, não estou falando só do servidor, nós sabemos que o servidor tem seu gestor e tem seu comandante, que é o Governador. Queremos uma PGE que seja ativa para ajudar a resolver esse problema da dívida. Vocês imaginem só, quando o Governador Pedro Taques assumiu, se não me engano, eu não me lembro se era coisa de 12 bilhões, me corrijam se eu estiver errada, mas agora, estamos falando de 47 bilhões. Olha o tamanho que isso vem crescendo! E como disse aqui o Wagner, vem prescrevendo também do mesmo tamanho que vem crescendo, dinheiro que não volta para o caixa do Estado. Fora todos os outros problemas aqui e me sinto representada pela fala de vários dos presidentes dos sindicatos, porque não tem como você não compartilhar dessa agonia.

Tem gente aqui que, sinceramente, trabalha na paixão. Eu vi aqueles médicos do SAMU que estão a quatro, cinco meses sem receber salário. Eu queria ver aqui se ficasse um de nós Deputados sem receber um mês, se voltava aqui para trabalhar.

Não tem como você sair da sua casa. (PALMAS) E não é porque nós não gostamos de trabalhar, não gostamos de fazer política. Não! Nós gostamos, mas como que você vai deixar a sua casa, o seu filho, a sua vida para se dedicar a uma coisa que não tem retorno financeiro.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Ninguém em sã consciência vai fazer isso na vida. Hoje, antes de discutirmos a RGA, que isso deveria ser lá em março, nós teríamos que resolver o problema do 13º e do salário no dia. (PALMAS)

E isso eu coloquei também na reunião para o Governador. Nós entendemos o problema de caixa, e até questionei e disse agora há pouco para o Chefe da Casa Civil que estava aqui: o problema de você colocar um Secretário de Fazenda que já estava lá é que não tem como falar que não sabia do que estava acontecendo. (PALMAS) Não estou falando aqui também, Deputado Max Russi, que seja culpa do Secretário Rogério Galo, mas é que fica difícil justificarmos que não tinha noção do quadro que se encontrava o Estado.

E por fim, eu gostaria só de fazer uma colocação com relação à fala do servidor também e o novo Secretário Basílio, coitado, que assumiu uma missão árdua, que cuidar de uma Secretaria de Planejamento, agora se eu não me engano são sete dias no cargo de Secretário, numa Secretaria de Planejamento que não planejou o Estado desde o dia que o Estado surgiu, não deve ser fácil.

Eu gostaria de fazer uma indagação sobre o FUNDEB que chamou a atenção. Foi falado aqui que existe um *déficit* do FUNDEB todo ano para o Estado de 650 milhões. Eu só queria entender exatamente do que se trata?

Então, era isso que eu gostaria de dizer a vocês, fora isso continuem contando comigo no que for necessário, eu já disse ao Secretário da Casa Civil, para ajudar no relacionamento com os servidores eu estou à disposição, mas que é claro que não vou aceitar também que seja da forma como nós vimos ali, pego de surpresa, de forma intempestiva, com uma nota totalmente sem sentido, fora de hora e sem conversar com o fórum e com os Deputados que representam os servidores que agora não são poucos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Deputada Janaina Riva! Como sempre, muito atuante.

O Secretário Basílio foi indagado algumas vezes. O senhor gostaria de fazer algumas respostas? Quer fazer o uso da palavra?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Eu anotei aqui algumas questões que foram abordadas.

Com relação à Dr<sup>a</sup> Luziane, da Defensoria Pública do Estado, estamos disponíveis Doutora, ela esta aí ainda, ou não? Está aqui. Oi... Estamos disponíveis para conversarmos sobre esses assuntos. Eu também entendo aquilo que for antieconômico e não for eficiente tem que ser reavaliado, temos disponibilidade para isso.

Sr<sup>a</sup> Rosimeire, então, da mesma forma estamos, é um setor um pouco mais vinculado à outra área de atuação, mas nós quanto planejamento estamos disponíveis também para ouvir, quem sabe construir uma solução juntos em relação a essa questão da diminuição da tributação, da madeira que a senhora falou e os assuntos correlatos da sua pasta.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) - Desculpe, Sr. Basílio, só para interromper, ela falou da terra, eu lembro quando estava na Casa Civil, foi dobrado o valor, mas realmente ainda é muito baixo, vocês podem ver esse ponto aí, que tem condição no mínimo de dobrar o valor novamente que ainda vai estar um valor bem razoável, se não me engano está em 500 reais o hectare, algo nesse sentido. Quando nós chegamos lá era duzentos, duzentos e pouco, mas ainda é muito pouco, eu acho.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – O novo Presidente, Sr<sup>a</sup> Rosemeire, do INTERMAT, o Sr. Serafim, ele é muito tranquilo também para conversar, se quiser agendamos um horário com ele. Importante. Ele está com muita vontade de melhorar a receita do órgão e precisamos, inclusive.

Sr. Antônio Wagner, já saiu? Mas vamos falar sobre o incentivo.

O Incentivo fiscal, em tese ele deveria ser proveniente de legislação, tiveram alguns incentivos no passado, que não foram muito respeitados nesse item. Em julho, teve uma abertura que faz as regras do CONFAZ em relação a isso.

Todos os incentivos, Edmundo, você tocou nesse assunto também, Deputada Janaina Riva falou, vão ser reavaliados nesse momento, isso aí já está previsto junto com a Secretaria de Fazenda, vão fazer uma reanálise muito complexa disso. Eu tenho certeza que aqueles incentivos que não forem de forma contundente, necessários ou que não estiverem dentro daquilo que foi programado, serão revistos.

É o momento... é que tem janelas para fazer isso, tem toda a técnica do CONFAZ, então não podemos fazer o tempo todo isso. Eu estou falando em nome da Secretaria de Fazenda, porque esse assunto já está muito claro em relação a isso.

Em relação ao Sr. Edmundo sobre a questão da folha. O que aconteceu com a folha? Eu expliquei no começo. A folha de pagamento, o Governador determinou até por uma questão óbvia, existe uma legislação, Sr. Edmundo, que fala sobre a nossa RGA, está lá, fala sobre os crescimentos das carreiras, as progressões horizontais e verticais. Nós, enquanto defensores da legislação, temos que incluir, sim, na Lei Orçamentária.

Então, esses valores que estão lá, que estão aumentando o valor da folha, como o senhor falou, são provenientes dessas rubricas, RGA, crescimento vegetativo...

(O SR. EDMUNDO DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE: “MAS O VALOR É MUITO ALTO!”)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Mas é... é isso mesmo! A folha...

(O SR. EDMUNDO VOLTA A DIALOGAR COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Chega... Tem estudo técnico que chega. Eu posso te detalhar os números. Chega porque tem uma demanda muito grande. Leis de carreiras com ganhos reais que estão ainda vigentes, inclusive ficarão vigentes durante alguns anos.

Então, é gigante! Para vocês terem uma ideia, vou dar um número aqui novo, até 2023 a folha deve chegar de 18 bilhões de reais a 19 bilhões de reais, a progressão da forma como está aqui, com os valores de leis que alinham aumento real aos servidores, RGAs e aumento vegetativo, são as progressões, as progressões de classe e de nível.

Então, de fato o valor é alto, é assustador, mas é verdade.

(O SR. EDMUNDO VOLTA A DIALOGAR COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Tem que usar o microfone porque está sendo gravado, inclusive está sendo transmitido ao vivo essa audiência pública pela *TV Assembleia* para todo o Mato Grosso.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Obrigado, Deputado Max Russi.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Sr. Basílio, eu não estou questionando a sua apresentação. Eu só estou dizendo o seguinte: se você pegar a área meio do Poder Executivo, se você pegar a área meio do Poder Executivo, se você colocar todo mundo, saindo da letra “a” para a letra “d”, do nível 1 para o nível 12, dão 12 milhões de reais por ano.

Agora você falou que o crescimento vegetativo da folha com RGA - não estamos tendo nem RGA, 2%...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Está na lei...

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Pois é, está na lei, mas até agora não tem...

Quanto é o valor de 2019? Quantos por cento?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Temos que abrir...

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Não chega nunca, nunca, a 1 bilhão e 800.

Eu garanto para vocês, meus companheiros, que não chega a 1 bilhão e 800.

Sabe por quê? A RGA se fosse aplicada agora para nós, seria 13 milhões. 13 milhões! Multiplica 13 milhões. Vai dar quanto?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – A título de encaminhamento, eu vou fazer um pedido, Basílio, que o senhor, por favor, faça uma demonstração desse valor e apresente isso ao Fórum Sindical.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Perfeito!

Muito obrigado pela intervenção. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Até para deixar bem claro esses números.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE – Eu só quero colocar aqui, Basílio, que somos parceiros, somos companheiros, não quero colocá-lo contra a parede, jamais, mas eu também tenho esses estudos. O Fórum Sindical tem esses estudos também. Porque fica descarregando em cima da folha de pagamento.

Eu quero colocar mais uma vez para vocês, colegas, e para vocês telespectadores da TV Assembleia, é a desculpa que Pedro Taques usou do Governo todo, Mauro Mendes começou a usar nesse também, dizendo que a folha de pagamento que é o problema do Estado de Mato Grosso.

Não é a folha de pagamento.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Edmundo.

Nada mais justo do que essa informação concreta. Ele vai mostrar e vocês irão debater com os números do Fórum.

Inclusive, na próxima terça-feira vai ter uma Audiência Pública coordenada pelo Deputado Wilson Santos e isso poderá estar até melhor esmiuçado. É a oportunidade desse número ser apresentado novamente.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Traremos essa informação.

Como eu falei, o que está sendo tratado aqui, Edmundo, não é a capacidade de pagamento ou não em relação a essa despesa. O que está se tratando aqui é a demonstração da despesa que nós somos obrigados a fazer, porque é uma lei dentro da Lei Orçamentária Anual e nós temos que constar.

Esse número vem bem detalhado, você vai ver que quando começamos a analisar os números, e nós entendemos um pouco de número, eles são bem claros em relação a isso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-  
MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO  
DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.**

---

Na próxima terça-feira a nossa equipe vai montar a apresentação com esse detalhamento. *Ok?*

Maria Fernanda, do INDEA: recurso para o INDEA.

Vou pedir para a equipe anotar e nós podemos trazer na próxima Audiência Pública ou passar para você o que está destinado para o INDEA especificamente.

O Deputado Professor Allan Kardec só comentou. Muito obrigado pelo elogio. Brigou para caramba.

Lembro-me que no dia em que assumi interinamente o MT Saúde já teve uma Audiência Pública aqui em relação a isso, naquele dia estávamos meio perdidos, não sabíamos como funcionava, mas, graças a Deus, hoje ele avançou bastante, nós temos atendimento em todas as especialidades, todas as especialidades médicas, inclusive outras que não tinha historicamente.

Nós melhoramos a rede de atendimento e, melhor, hoje não dependemos da Fonte do Tesouro para pagar as parcelas do plano. Quem paga a parcela do plano são as Receitas de vocês servidores que são associados. *Ok?*

O que foi feito lá foi um pouquinho de gestão em relação à questão administrativa do plano: cobrança, bloqueio de quem não paga, um pouco de reajuste de valores, que há mais de 4 anos não eram reajustados.

Enfim, só na prática para saber como está lá.

Mas obrigado, Deputado Professor Allan Kardec, pelo comentário.

Deputada Janaina Riva, explico sobre a questão do déficit do FUNDEB.

O FUNDEB é uma mão de via dupla. Todos os entes, todos os entes públicos, Prefeituras, Estado, contribuem com 20% da sua arrecadação de impostos para o FUNDEB. Isso já é vinculado na Receita, 20%, e levanta-se quanto custa a educação básica no Brasil.

Vamos imaginar que os 20% de todos os municípios e Estados chegue a 95% do valor do custo da Educação Básica. A Lei fala que a União vem e complementa com mais 5%; se der 70% a União tem que complementar com mais 30%. Então nós mandamos o dinheiro para o Fundo: arrecada, encaminha o dinheiro para o Fundo e o Fundo redistribui esse recurso de acordo com a participação de cada ente.

Como é a participação? A participação tem a ver com o índice de matrícula, número de matrícula dentro das escolas.

Então, por que ele é deficitário, Deputada Janaina Riva? Porque nós contribuímos... A nossa Receita de FUNDEB sobre a nossa Receita de impostos é muito maior, em 663 milhões, do que nós temos capacidade de receber recurso de volta, de acordo com esse índice de matrícula de alunos.

Quanto mais matrículas, mais nós recebemos. Entendeu?

Outros Estados, como São Paulo, por exemplo, é muito mais deficitário, porque ele tem muita Receita de impostos. Então, ele contribui muito mais e recebe muito menos.

O déficit é nesse sentido, é um déficit técnico-operacional da Lei.

Era isso.

(ASSISTENTE DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS - Pois é, Orlando, eu vou ficar devendo essa resposta para você. Irei avaliá-la com mais calma e na próxima Audiência Pública, se você estiver aqui, se você quiser, eu mesmo respondo, te ligo e informo.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Muito obrigado, Secretário, pela bela explanação.

Quero comunicar a todos que Audiência Pública que seria realizada amanhã foi remarcada para o dia 15 de janeiro, às 8h30min, neste local, sob a coordenação do Deputado Wilson Santos, líder dos servidores agora, como a Deputada Janaína Riva comentou.

Pode falar, Basílio.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Eu só queria complementar.

Eu não sou advogado para defender ninguém, mas estivemos dentro da Secretaria Fazenda durante um período, inclusive estive lá de abril até agora, e queria fazer um comentário em relação à gestão do colega e servidor público também, Procurador do Estado, Rogério Gallo.

No momento em que ele esteve lá ele não teve opção e condições de fazer gestão, inclusive em relação aos incentivos fiscais, que eu acabei de explicar agora, que só agora em 2019, a partir de julho, terá essa janela de abertura de revisão.

Todo esse momento em que estivemos lá nesse período foi para apagar o fogo, e fogo e incêndio gigantes. É bom ressaltar isso, senão fica associando a imagem de um servidor que está neste governo com o outro governo em que ele não teve condições alguma de conseguir fazer algo se não fosse apagar fogo.

Está bom?

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Muito obrigado, Secretário Basílio.

Quero agradecer a presença de Alexandre Bustamante dos Santos, Secretário de Estado de Segurança e Justiça; do Deputado Wilson Santos, que na próxima terça-feira estará organizando a segunda Audiência Pública sobre o orçamento; dos Deputados Pedro Satélite, Dilmar Dal Bosco, Professor Allan Kardec e Janaína Riva; do Paulo Araújo; de Gilmar Brunetto; de Mauro Carvalho, Secretário de Estado; do Basílio Bezerra, Secretário de Estado de Planejamento, pela explanação; do César Miranda, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; do Gilberto Figueiredo; da Marioneide Kliemaschewsk, Secretária de Estado de Educação; do Dr. Milton Mattos da Silveira Neto, Promotor de Justiça; também da Dr<sup>a</sup> Luziane Ribeiro, da Defensoria; do Dr. Emerson Hideki, Controlador-geral; do Dr. Francisco de Assis Silva, Procurador-geral do Estado; do Germano Pares, Presidente do Sindicato dos Profissionais do Meio Ambiente.

Passo a palavra ao Deputado Wilson Santos, para, em três minutos, fazer a sua explanação.

O SR. WILSON SANTOS – Três minutos é muito, Excelência. Quero começar cumprimentando toda a mesa, representantes do Ministério Público, cumprimento as instituições e Poderes que se fazem aqui presentes; meu colega de faculdade, Dr. Alexandre Bustamante, estou com pena do senhor, a tarefa não vai ser fácil.

Colega professor do antigo Anglo, Secretário de Estado de Saúde, professor Gilberto Figueiredo; colegas Deputados Professor Allan Kardec; Max Russi; Janaina Riva; Pedro Satélite; minha colega professora Marioneide; os representantes dos Sindicatos, das Associações, Deputado Elizeu Nascimento, em nome do Gauchinho, em nome do Oscarlino, em nome dos demais quero cumprimentar a todos os servidores.

Quero dizer algumas coisas: primeiro, Basílio, quero fazer uma observação pragmática de quem já estive em vários lados do balcão, fui Deputado de oposição durante 16 anos, fui Deputado de situação na gestão do Dante, do Fernando Henrique Cardoso, fui Prefeito e estou de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

volta aqui para exercer o meu nono mandato, sou extremamente grato ao povo de Mato Grosso que me deu nove vitórias nas urnas, mais de um milhão de votos recebidos da população deste Estado.

E na minha passagem pela prefeitura nos deparamos com um problema bastante grave, todos os quase 14 mil servidores em greve, a maioria eram os professores da rede municipal, todos em greve e com três salários atrasados. Anildo, não eram três RGAs, não eram três avos do décimo terceiro, eram três folhas integrais atrasadas que se arrastavam por onze anos, desde 1994, na gestão do saudoso e querido amigo, Coronel José Meireles.

E durante a campanha, notadamente, no segundo turno, uma disputa com o Procurador do Estado e professor universitário, uma das mentes mais brilhantes que eu conheci, Alexandre Cesar, um quadro preparadíssimo, afunilou o debate no segundo turno sobre o atraso salário dos quase 14 mil servidores. O que o Prefeito Alexandre Cesar e o Prefeito Wilson Santos, caso vencessem as eleições, fariam para por um ponto final naquela angustia? Tínhamos servidores que já tinham mais de dez CDCs nos bancos privados. Alguns já tinham vendido automóveis, empenhorado a residência, o apartamento, era algo extremamente dramático, Deputado Professor Allan Kardec, ao ponto de o servidor da prefeitura não encontrar empréstimos em nenhum banco que fazia empréstimo aos servidores, os bancos emprestavam para os servidores federais, faziam consignação para os servidores do Estado, mas não faziam para os servidores da prefeitura, porque não tinham clareza no recebimento.

Então, era um drama muito parecido com o que vocês estão vivendo hoje. E aí o que eu vou dizer aqui, o que precisa, em minha opinião. Nós estamos no sétimo dia útil da gestão, dia primeiro foi uma terça-feira, feriado, o primeiro dia útil foi dia 02, quarta-feira, dia 03 foi quinta-feira, e com sexta-feira, semana passada tivemos três dias úteis. Esta semana estamos encerrando, em algumas horas, o quarto dia útil da semana, mais três, sete dias úteis. O Governo Mauro Mendes Ferreira tem sete dias úteis de gestão neste Estado. Basílio, qual é a soma total do 13º do mês de novembro, mais dezembro e mais comissionado vai dar o quê? Cento e...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Cento e vinte e seis milhões aproximadamente.

O SR. WILSON SANTOS – Cento e vinte e seis milhões de reais. É importante ouvir a palavra de uma autoridade, oficialmente. Qual é a folha de dezembro integral?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – A folha líquida vai dar... A folha bruta, porque terá mais encargos, quase 600 milhões de reais.

O SR. WILSON SANTOS – Me dá só a líquida, 500 e...

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Quatrocentos e pouco.

O SR. WILSON SANTOS – Vou colocar 450, claro que são números arredondados, com 126 milhões dá 576 milhões. Sabe quanto que o Estado já arrecadou nesses sete dias? Aproximadamente 500 milhões de reais. O Estado está prevendo um orçamento de 19 bilhões de reais, parece-me que 19 bilhões e 220 milhões. Se você dividir isso pelos 365 dias, você vai ter mais ou menos uma arrecadação diária de 52 milhões dia, mas aí você está incluindo sábados, domingos e feriados. Como nós temos 52 semanas no ano, você terá entre sábados, domingos e feriados em torno de 120 dias perdidos de arrecadação. Eu vou saltar de 51, 52 milhões por dia, para 71 milhões por dia útil, se eu estiver errado, Sr. Anildo, você, que foi Adjunto, me corrija.

Então, o Estado de Mato Grosso, em sete dias úteis, já colocou no cofre algo em torno de 400 a 500 milhões de reais. Não sei exatamente, porque não está na máquina arrecadadora.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Eu, quando fui Prefeito, e na disputa contra o Alexandre nós fomos obrigados e fomos empurrados pela cobrança popular legítima no debate público com a sociedade, a estabelecer um prazo em dias para saudar e o Alexandre disse que colocaria em 180 dias, os salários em dia; eu disse: faço em 90! Não consegui fazer em 90, eu fiz em 56 dias.

Pois não, Sr. Anildo.

Você que pegar o microfone? Porque está sendo gravado...

O SR. PRESIDENTE ( MAX RUSSI) - Tem que falar no microfone porque está sendo gravado a Audiência Pública.

O SR. WILSON SANTOS – O Anildo tem essa intimidade, porque fomos colegas da Escola Técnica, colega de banda da Escola Técnica, é um irmãozinho que eu tenho e que hoje é servidor público e foi mais inteligente que eu, fez concurso, está efetivo, já recebeu até o 13º.

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Não sou efetivo, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Não é, Anildo?

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Sou comissionado.

O SR. WILSON SANTOS – Mas tem cara, heim! (RISOS)

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Só para esclarecer, o orçamento é de 19 bilhões, mas o Estado não vai arrecadar 19 bilhões, tem quase 2 bilhões de receita intraorçamentária que o Estado arrecada e passa para o MT PREV, MTI, IALMAT e assim por diante, então, tem que esclarecer essas coisas, Deputado Wilson Santos.

Para 2019, a receita corrente, tirando empréstimos, é de 16 bilhões, então, se é 16 bilhões, ela desce bastante nessa conta toda. E ainda entram nesses 16 bilhões: receita do Funajuris, Tribunal de Justiça, dá 400 milhões de reais; e várias outras receitas que vêm vinculadas da educação, saúde. É importante. Estou fazendo uma conta por cima, mas que tem também receitas que não podem ser usadas para pagamentos de salários. Eu gostaria muito de receber, é claro...

O SR. WILSON SANTOS – O que efetivamente pode ser usado para pagamento de salário. Quanto?

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Na projeção que nós temos da receita da Fonte 100, para se ter uma ideia, para o ano que vem o Sr. Basílio demonstrou, aliás, para este ano, 8 bilhões de reais.

O SR. WILSON SANTOS – Eu digo o montante da Fonte 100 e mais outras Fontes, o que é que pode efetivamente ser usado para salário o ano que vem.

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA - Vossa Excelência fala 2019?

O SR. WILSON SANTOS – É... É 2016? É 2015? ...

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Nós temos em torno de 8 bilhões da Fonte 100...

O SR. WILSON SANTOS – Ah...

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – Nós temos o FUNDEB, em torno de 1 bilhão e seiscentos e pouco, 10 bilhões. Nós temos uma parte do FETHAB que pode ser usado, vai para o Tribunal de Justiça, vem para Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas... eu diria a Vossa Excelência mais ou menos 12 bilhões de reais que podem ser usados para pagamento de salário. Têm vários...

O SR. WILSON SANTOS – Está sendo usado quanto, Sr. Basílio? Quatorze?  
(O SR. BASÍLIO RESPONDE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – É esse o problema que o Sr. Basílio colocou. Nós temos uma previsão orçamentária, é importante e o Sr. Edmundo não está aqui...  
(DA PLATEIA, O SR. EDMUNDO SINALIZA SUA PRESENÇA)

O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA – É que o Governo Mauro Mendes determinou que se colocasse tudo. Para se ter uma ideia, muitas vezes é deixado no final do ano uma parte do gasto com pessoal para empenhar no ano seguinte. Não... o Governo Mauro Mendes determinou: “Coloquem tudo no orçamento de 2019, mesmo que não tenha recurso para pagar. Nós não vamos deixar folha para empenhar no ano seguinte.” Então, por isso que cresce muito a folha de um ano para o outro.

Então, Deputado Wilson Santos, de fato esse é o grande problema, o grande desafio, nós podemos ter em torno de 12 bilhões de reais para pagar folha...

O SR. WILSON SANTOS – O que dá com 12 bilhões, dá 50 milhões dia útil. Doze bilhões de reais divididos por 245 dias úteis: cinquenta milhões de reais.  
(O SR. ANILDO CESÁRIO CORREA E O DEPUTADO WILSON SANTOS FALAM SIMULTANEAMENTE – INCOMPREENSÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS – Em sete dias, então, já 350 milhões de reais no cofre. O 13º salário dá cento e vinte e seis... Por que um prefeito, um governador, um presidente, prioriza “A” e o outro prioriza “B”? Tenho nada contra priorizar infraestrutura, o Estado é carente em infraestrutura, concordo plenamente. Agora, tudo tem um determinado momento, um *time*, este momento não é de infraestrutura.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Deputado...

O SR. WILSON SANTOS – Deixa-me só concluir, Sr. Basílio.

Este momento eu fecho com o seguinte exemplo: todos os servidores públicos do Estado que fizeram aniversário em janeiro de 2018, receberam o 13º salário em janeiro de 2018. Uma das sugestões do Governo Mauro Mendes é que o 13º salário deixa de ser pago parceladamente mês a mês e se concentre em dezembro. É isso, Sr. Basílio? Estou errado ou estou certo?  
(O SR. BASÍLIO RESPONDE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. WILSON SANTOS – *Ok*. Então, esse José, essa Srª Maria que faz aniversário em janeiro e que recebeu o seu 13º salário em janeiro de 2018, ela só voltará a receber o seu 13º salário em dezembro de 2019. Isto é: 23 meses depois.

O que eu quero dizer, Basílio, eu não vim aqui para fazer papagaiada, não vim aqui para arrancar aplauso fácil, não vim. Os servidores me conhecem. E digo que de 70 a 80% dos projetos que o Governador votou terá o meu voto e o meu apoio. Divirjo de alguma coisa e vou fazer emenda em nessas coisas. Eu acho que o caminho é esse. Está no caminho certo de fazer reformas estruturantes, profundas. Cortar fundo. Eu até disse a ele que está cortando pouco. Para mim, teria que ir mais fundo ainda, mas isso é um assunto.

O que eu quero, neste momento, e a maioria está aqui, é para saber o seguinte: “cara”, eu fiz compromisso com esse 13º, eu organizei viagem do meu filho, eu tenho escola para pagar! Eu tenho matrícula para fazer! Se eu não pagar, eu não vou garantir a vaga do meu filho. Eu ajudo o meu neto a estudar. A minha mãe precisa de remédios. E eu que recebi o meu 13º em janeiro e programei para novamente receber agora, doze meses depois? Eu não fui ao caixa do Estado pedir adiantamento do décimo! Eu estou aguardando no meu lugar, eu vou voltar a recebê-lo vinte e três meses depois.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

Eu só tenho uma alternativa: ir para o Banco, ir para o caixa, ir para o cheque especial, ir para o *factoring* em particular, ir para o agiota, na clandestinidade, que vai me cobrar 6, 7, 8 e às vezes até 10% ao mês.

Aí eu concluo, Basílio, neste momento o Governador conta com muita simpatia na Assembleia Legislativa, na minha concepção não vai encontrar grandes dificuldades para aprovar as suas mensagens, com as devidas emendas, com os devidos aprimoramentos que a Casa fará, mas neste momento esquece tudo, esquece tudo. Não queime a largada, comesse com respeito a quem mais está precisando.

Vocês já tem dinheiro em caixa para pagar o 13º e sobra... (PALMAS). Eu estou dizendo... eu não estou aqui como alguém que foi eleito pelo voto de repúdio da população. Eu não tenho voto de repúdio, de protesto, os meus votos são de serviço prestado. Eu tenho serviço prestado e fiz isso que estou dizendo. Não é papagaiada e nem discurso fácil.

Eu peguei uma prefeitura com 3 meses, é só acessar os sites da época, os jornais *Diário de Cuiabá* e *A Gazeta*. É só acessar. Se no dia 26 ou 27 de fevereiro o Prefeito de Cuiabá não havia quitado todo o atraso da sua história.

Por que é que eu fiz, Alexandre Bustamante? E vocês exercem, você; o Deputado Professor Allan Kardec; você, Basílio; vocês exercem muita influência com o Governador. Vocês exercem. Governador, tudo que Vossa Excelência está preparando tem simpatia da sociedade, inclusive de Deputados da oposição como é o Deputado Wilson Santos. Ele colocou claramente que acha que Vossa Excelência está no rumo certo, até acha que Vossa Excelência tinha que aprofundar mais as reformas, mas nesse momento, não é essa reforma estrutural que vai resolver o problema.

Há um problema aí no Estado que é 30, 40, não sei quantos mil pais de família que estão, é verdade, em dificuldade por comida na mesa.

Nós, que somos Deputado, eu recebo 18 mil e 400 reais mês líquido, se atrasar 2, 3 dias aqui eu tenho dificuldade. Hoje, por exemplo, não consegui pagar a faculdade do meu filho, amanhã eu vou pagar com quase 200 reais de juros.

Imagine, meu amigo, quem ganha R\$3.000,00 R\$4.500,00, são mais de 90%.

Então, faça um apelo ao coração do Governador.

Governador, já mandou as Mensagens. Beleza! Vossa Excelência tem o dinheiro em caixa. “Ah, mas eu vou tomar uma ação de improbidade eu vou tomar uma ação...” Provavelmente. Mas se sente com o Judiciário, se sente com Ministério Público, que eu tenho certeza que são equilibrados e moderados, e abrirão, sim, uma janela da legalidade para este momento, porque se justifica, sim! Nada é mais sagrado que o salário, inclusive a Justiça não pode empenhorar, colocar a mão no salário de ninguém antes que todas as outras formas sejam esgotadas. É o último recurso que o servidor, que o trabalhador da iniciativa privada e pública tem. Não pode mexer!

Gente, aí tem gente que não tem o que comer hoje à noite. Vocês já tem 350 milhões, manda pagar o 13º amanhã, determine, a folha está pronta, ou no máximo segunda-feira e já tem dinheiro para começar a pagar dezembro. Eu estou dizendo não de discurso, não de papagaiada.

Eu fiz a história registrou e quantos processos eu tomei nas costas, sabe quantos? Nenhum. Não teve um Promotor de Justiça, não teve um Procurador de Justiça, não teve um Juiz, todos compreenderam que aquele era o gesto necessário para aquele momento, essa é a minha

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

primeira fala. Segundo, como Vossa Excelência Presidente Deputado Max Russi só me deu só 3 minutos, falei 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Sim, senhor.

Vou cumprir os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Concluir. Concluir.

O SR. WILSON SANTOS – Concluindo.

Excelência, a questão é estruturante.

Deputado Professor Allan Kardec, Vossa Excelência, que está indo para uma tri Secretaria e uma Secretaria de ponta, aquela que entrega respostas, entrega ações, não é como o da SEGES, o nosso Secretário, Basílio, que é a Secretaria meio, vai apanhar dia e noite, quase ninguém nunca vai ver, só vai ver só para bater, planejamento, gestão, atividade-meio, é o que prepara o piano para o artista vir tocar e receber aplausos. Ninguém se lembra de quem construiu o piano, de quem limpou e pôs lá, é só de quem faz lá a tocata, que é aplaudido, até em pé, dá salto mortal de costa, coisa linda. Então, o senhor já deve estar preparado para carregar esse piano.

Dá a estrutural: respeito rigoroso à LRF. Passou essa etapa, a população dará esse desconto; o MP, tenho certeza que, conversado, explicado, sensibilizado, irá entender; e o Judiciário entenderá.

Segundo, melhora importante na receita.

Meu amigo, conversei ontem com o homem que vende 30 milhões de litros de óleo diesel por mês. Ele vende 360 milhões de litros de óleo diesel por ano - é o maior vendedor varejista do Brasil.

Sabem o que ele me falou?

“- Wilson, não tem fiscal nas bombas. O Estado não fiscaliza os postos. Eu afirmo para você que anualmente há uma evasão de mais de 100 milhões de impostos sobre os postos de combustíveis de Mato Grosso. Ninguém fiscaliza. Raramente um ou outro aparece lá.”

Então, nós temos condições de melhorar a receita, Alexandre, avançar sobre a área de combustível, avançar sobre a dívida ativa.

Fiquei satisfeito quando o governador disse que está dobrando o número de delegados de polícia na Delegacia Fazendária, são quatro e passará para oito. Decisão acertada, correta.

Falam em 2,5 bilhões - não é, Anildo? – 2,5 o estoque da dívida ativa. Falam nesse estoque. É claro que não irá receber tudo, parte disso é podre, mas dá para receber.

Grandes produtores.

Eu comecei... Fico felicíssimo quando, Deputado Professor Allan Kardec, você vê um trabalho seu dar resultado.

Comecei aqui em 2015 a gritar pelos quatro cantos que tínhamos que taxar o agronegócio, fui ridicularizado, me chamaram de louco, que eu não gostava de Mato Grosso, que eu queria mandar os produtores embora e que eu virava as costas para o setor produtivo.

Depois de dois anos os produtores sentaram e aceitaram criar o FETHAB 2, aceitaram colocar mais 450 milhões na SEFAZ. Foi assim em 2017, foi assim em 2018.

Pedro Taques está desesperado para manter esses 450.

Também defendi publicamente que o ex-Governador Pedro Taques mandasse a Mensagem para cá, os Deputados Professor Allan Kardec e Max Russi são testemunhas. Não

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

consegui convencê-lo. Mas publicamente cobrei dele porque eu achava que era uma atitude de estadista. As eleições já passaram. Vamos colocar o Estado à frente de tudo.

Agora eu fico feliz quando vejo chegar hoje, às 10h30min, nesta Casa, um pedaço dessa luta.

O Governador Mauro Mendes mandou para cá nesta manhã uma mensagem onde ele taxa o agronegócio, inclusive a parte para exportação.

Agora haverá um aumento nas alíquotas sobre a soja, sobre o gado, sobre a madeira, sobre o milho e algumas outras *commodities*. Além de aumentar de 23 para 30, de 8 para 10, de 10 para 12, ele também, pela primeira vez, e aí vamos torcer, Dr. Promotor de Justiça, representante aqui do Ministério Público, para que a futura lei não sofra um ADIn, porque a Lei Kandir estabelece isenção completa para tributos, quando é para exportação, de primários e semielaborados, e nós estamos taxando produtos de exportação de produtos primários. Tomara.

Mato Grosso do Sul, ganhou, conseguiu, buscou outro caminho.

Para mim, legalmente não teria nenhum problema. O caminho de Mato Grosso para mim era melhor, porque o caminho de Mato Grosso não sofre ADIn. Ele apenas diz: ninguém pode exportar mais do que 50% do que produz em Mato Grosso em produto primário. Acabou.

Todas as entidades de lá, Edmundo, APROSOJA, AMPA, todas, foram à Justiça contra o Decreto do Zeca do PT e todas perderam. Não aceitaram e foram ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Perderam. Não aceitaram e foram ao STJ. Perderam. Não aceitaram, ao STF. Perderam. Transitou em julgado.

Um decreto. Em Mato Grosso do Sul não precisou de lei. Um decreto do Governador Zeca do PT, de 2005, ou 2003, não me lembro bem, acho que de 2003, criou o teto e ninguém pode exportar mais que 50%. Por quê? Porque, ficando 50%, é comercializado no Brasil e daí paga 12% de ICMS.

Sabem o que isso está dando a Mato Grosso do Sul, e vou lá na semana que vem novamente? Trezentos milhões por ano. Como o agro deles é  $\frac{1}{3}$  do nosso, se nós multiplicarmos por três, vamos chegar a 900 milhões de reais por ano, aproximadamente, só com esse decreto.

Mauro Mendes poderia fazer só por lei. Mas ele não quis esse caminho. Tudo bem! Respeito. Para mim, legalmente não teria contestação.

Esse caminho que ele preferiu de uma lei complementar poderá sofrer contestação, professor Henrique, poderá sofrer, mas, vamos em frente, pelo menos ele está demonstrando inicialmente ter coragem de fazer o enfrentamento ao agronegócio.

E, por último, *trades*: *Cargill*, *ADM*, *BUNGE*, que domina o comércio de soja no planeta, elas junto têm mais de 80% de toda comercialização de soja e de algodão do mundo - fizemos uma CPI aqui, sob a presidência do Deputado Zé Carlos do Pátio, e o Deputado Max Russi participou -, elas usam empresas pequeninas, laranjas, para sonegar, para desviar pagamento.

Aqui na SEFAZ há uma parte da Promotoria, a Dr<sup>a</sup> Ana Cristina Bardusco sabe disso, já moveu “n” ações e permitiu negociações, leniência, devolução de recursos; a JBS devolveu mais de 300 milhões de reais; a PETROBRAS devolveu, outras vão devolver; a CARAMURU está fechando delação, em negociação.

Depois eu quero discutir o estruturante. Tenho ideias para isso. Nessa proposta eu vou propor duas coisas: primeiro, de tudo o que o FETHAB arrecadar, 20% para a saúde. Então, vai ficar transporte, habitação e saúde. E vamos dar um ano só para que o Governador continue usando a DRE-Desregulamentação das Receitas Estaduais. Isto é, ele pode usar o dinheiro do FETHAB para

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

pagar salário, para pagar dívida do VLT, pagar dívida do MT Integrado, pagar dívida do PRODESTUR, ele pode continuar usando, mas só por um ano, até que ele domine a máquina, até impor seu estilo, seu modo de gestão.

Mas a partir do ano que vem o FETHAB não poderá ter mais desvios dos seus recursos das suas finalidades. Mas isso é estruturante.

Hoje, Basílio, Bustamante, Allan, Marioneide, demais autoridades, doutor que assumiu a CGE, inclusive muito elogiada pelos colegas a sua escolha, representante da Defensoria Pública, este momento é um momento único.

O Governador não pode queimar a largada. Ele está começando bem, na minha opinião. Os projetos que chegaram à Assembleia Legislativa, salvo algumas observações que faremos, por exemplo, a princípio sou contra a extinção da METAMAT. É uma loucura! Alguém, algum governador, precisa conhecer a METAMAT. Dê uma chance para essa empresa se apresentar. Ela é pequena, barata e é um canhão. O que nós temos de minério no subsolo... O mundo sabe o que Mato Grosso tem. É inacreditável o que nós temos embaixo do solo. Se em cima já é essa riqueza, calcula embaixo. Então, uma das coisas que eu vou lutar é contra a extinção da EMPAER.

Também acho que não deve extinguir o IMAC. O IMAC vai criar uma carne de selo, vai abrir mais mercado no mundo e é pequenininho, é enxuto, barato. Essa é uma discussão estruturante.

Mas, Basílio, colegas Secretários, convençam, porque vocês têm poder.

Mauro Mendes e Pivetta não os escolheram, Henrique, à toa, porque vocês têm qualidade, são pessoas de sucesso, gozam de prestígio com eles e com a sociedade.

Convençam que não dá para começar queimando a largada, já tem dinheiro no cofre e se tem medo de ações do MP, sente com o MP, dialogue, construa uma solução, porque não tem nada neste Estado, neste momento, dia 10 de janeiro de 2019, às 17 horas e 15 minutos, mais importante do que quitar o débito do Estado com a dezena de milhares servidores públicos de Mato Grosso. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE ( MAX RUSSI) – Obrigado, Deputado Wilson Santos. Nós estamos já com o tempo estourado, nosso líder estourou uns dois minutos, mas mesmo assim, vamos passar para o Sr. Basílio fazer as suas ponderações.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Só para dar...

Deputado Wilson Santos, nobre Deputado, professor, ex-professor de história, quando eu fiz cursinho no Ângulo, admirava, fiz cursinho com ele, o Wilson Santos deve ter uns 400 anos de idade, ele toma alguma coisa que está tão novo até hoje.

O SR. WILSON SANTOS – Sr. Basílio, eu sempre canto aquela música: “Eu nasci há 10 mil anos atrás”. (RISOS)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Bom, eu quero só ressaltar e isso foi muito bem divulgado pelo Fórum Sindical na última reunião em que o Governador esteve com eles, eu ele não tem sentimento positivo algum em não pagar os salários, o 13º dos servidores, não é isso, muito pelo contrário, ele só não tem dinheiro para isso, para pagar no caixa, não tem. Os 300 milhões que Vossa Excelência falou, Deputado Wilson Santos, eu acabei de olhar aqui, 180 milhões foram pagos hoje para uma parte da folha. Nós estamos juntando dinheiro para pagar...

O SR. WILSON SANTOS – Nesse caso, são os aposentados e pensionistas?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – É.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.

---

O SR. WILSON SANTOS – É o que eu estou falando, folha.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Foi paga folha até quatro mil, foram pagas todas as estatais que, por força de lei da CLT, têm que ser pagas até o quinto dia útil, o aposentado e pensionista...

O SR. WILSON SANTOS – Mas, cronologicamente, você não acha que houve equívoco? Porque a folha de dezembro, a Constituição estabelece até 10 de janeiro para pagar; e o 13º, até 23 de dezembro. Por que pagou a conta, uma conta que é depois, e deixou a anterior?

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Pois é, mas nós vamos... Para o 13º, embora tenha uma ordem cronológica que anteceda a folha, foi dado um tratamento diferenciado. Eu tenho certeza de que, inclusive, eu me incluo, o servidor público faz as contas de acordo com a folha de pagamento, principalmente. Vamos deixar 40 mil pessoas sem receber a folha, enfim, na semana que vem... Sobre essa parte do dinheiro que falta, que não é dinheiro disponível, nós temos duas informações dentro do caixa: dinheiro na conta única que é o bolo de recursos de todas as Fontes e dinheiro liberado da Fonte 100, que pode ser utilizado para pagamento da folha e outras despesas discricionárias...

Na semana que vem, tem que passar dinheiro que não é nosso, que são os valores dos municípios, que é outro valor. Se ele não juntar o dinheiro agora, ele não passa o dinheiro para os nossos colegas dos municípios. Enfim, é constitucional, 25% do dinheiro não é nosso.

Nos municípios também tem colegas servidores nossos que receberão os seus salários com isso. Então, esse debate já foi muito bem feito pelo Secretário de Fazenda, muito bem explicado por ele e pelo Governador. Com certeza, ele não está feliz com isso, tanto é que ele fez um acordo com o fórum sindical e falou o seguinte: “que assim que...”...

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Dele, um acordo dele... Um acordo dele e ele falou isso....

(PARTICIPANTE DIALOGA COM O PALESTRANTE FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Isso... Só ele....

O SR. WILSON SANTOS – Ele fez a proposta.

O SR. BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS – Ele fez uma proposta que qualquer recurso que entrasse no caixa, na arrecadação, seria destinado à quitação do 13º salário.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Sr. Basílio.

Mais uma vez eu quero convidar para as dúvidas, mais um debate acalorado na próxima terça-feira, sob a Presidência do Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Só um segundo... Eu quero dizer ao Sr. Basílio, ao Sr. Alexandre e a Srª Marioneide que quero parabenizá-los por terem ficado até o final da audiência pública. Eu faço questão de que os Secretários não virem às costas para o debate. Eu vou Presidir a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária na próxima terça-feira, eu faço questão de que os Secretários venham desde as 08h30min até as 12h30min.

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Só são três horas.

O SR. WILSON SANTOS – Serão três horas?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER PROJETO DE LEI Nº 283/2018-**  
**MENSAGEM Nº 90/2018, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA DO ESTADO DE**  
**MATO GROSSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019. (LOA-2019), REALIZADA NO**  
**DIA 10 DE JANEIRO DE 2019, ÀS 14H.**

---

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – É...

O SR. WILSON SANTOS – Mas geralmente eu dou mais uma hora para aprofundarmos... (RISOS)... Então, não é agradável, não é salutar o Secretário de Estado levantar e deixar um ambiente de debate tão sério como esse! Eu já aviso desde agora: os que vierem, fiquem até as 12h30min. Na terça-feira começa às 08h30min, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Quero cumprimentar aos Secretários que compareceram em bom número a esta audiência pública.

Encerrando esta Audiência Pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos e convida para, em posição de respeito, cantarmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (MAX RUSSI) – Está encerrada a presente Audiência Pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Patricia Elena Carvalho;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.